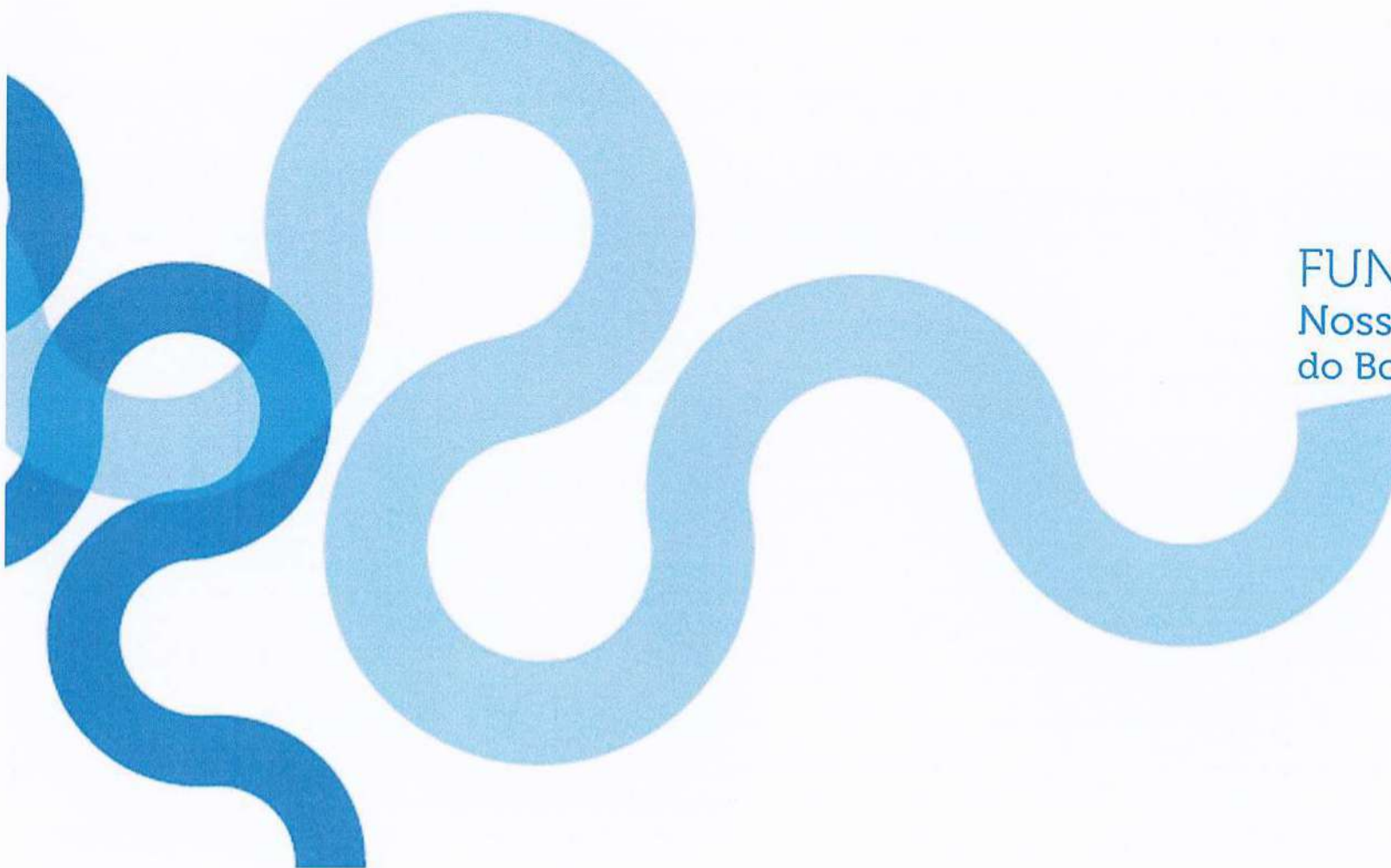


2022

RELATÓRIO & CONTAS

FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso

70
anos



ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

INTRODUÇÃO

I – O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025

E O SEU PROPÓSITO

II – O ANO 2022 NO CONTEXTO DO 2º CICLO DO

PLANO ESTRATÉGICO

1. O ANO DE 2022

1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE

1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE FOCADA NA PREVENÇÃO, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO - FINANCEIRO

1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

III - SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO

2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

2.1. ENQUADRAMENTO

2.2. O ANO DE 2022

2.2.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL

2.2.2. O BALANÇO

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ANEXOS

ANEXO 1 – PROPOSTAS DE AÇÃO DA CAMPANHA

ANEXO 2 – PLANO E CRONOGRAMA DA CAMPANHA

ANEXO 3 – COUNTRY PROFILE

ANEXO 4 – INICIATIVA SABIA QUE...

Pág.

2

3

4

12

13

14

19

29

35

40

41

44

44

46

46

51

52

52

52

53

54

55

81

83

85

86

88

89

95

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I

COMPONENTES DA PROCURA INTERNA (VOLUME)- 2018-2022, TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %

QUADRO II

COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO EM VOLUME DO PIB - 2018-2022, TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %

QUADRO III

COMPOSIÇÃO DA VARIAÇÃO EM VOLUME DO PIB (POR TRIMESTRE), TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA, %

QUADRO IV

COMPONENTES DA PROCURA INTERNA (POR TRIMESTRE), TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA, %

QUADRO V

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

QUADRO VI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

QUADRO VII

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

QUADRO VIII

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 1

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS POR SEGMENTO DE IDADE-2022

GRÁFICO Nº 2

DISTRIBUIÇÃO DOS RASTREIOS 2022 POR PROGRAMA

GRÁFICO Nº 3

PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2019

GRÁFICO Nº 4

PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO TOTAL DE CONSULTAS EM 2022

GRÁFICO Nº 5

LOCAL ONDE FOI REALIZADA A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

GRÁFICO Nº 6

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA DE ACOLHIMENTO

GRÁFICO Nº 7

DISTRIBUIÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS POR CASA E GRUPO ETÁRIO

GRÁFICO Nº 8

DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS A CRIANÇAS/JOVENS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO, POR ESPECIALIDADE E TIPO DE CONSULTA

GRÁFICO Nº 9

DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS DE RASTREIO POR PROGRAMAS DE SAÚDE (PADRÃO DAS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO)

GRÁFICO Nº 10

PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA INTERNA (VOLUME)- 1972-2022, TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL, %

GRÁFICO Nº 11

RESULTADOS LÍQUIDOS (2001 – 2022)

GRÁFICO Nº 12

RENDAS COBRADAS (2011 – 2022)

GRÁFICO Nº 13

ESTRUTURA DA RECEITA TOTAL (2019 – 2022)

GRÁFICO Nº 14

EVOLUÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES (2013 – 2022)

GRÁFICO Nº 15

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE CUSTOS TOTAIS (2019-2022)

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1

RETORNO DE UM DÓLAR INVESTIDO, SEGUNDO A IDADE, TENDO EM CONTA O PERÍODO PRÉ-NATAL

FIGURA 2

DIMENSÕES DO DESAFIO INSERTO NO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025

FIGURA 3

CRONOGRAMA INDICATIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO 2020-2025 - ETAPAS 2 E 3

FIGURA 4

MODELO DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO, DETERMINANTES E RESULTADOS

FIGURA 5

ESQUEMA DO MODELO DE VIGILÂNCIA DE SAÚDE DA FUNDAÇÃO (CRIANÇAS E JOVENS)

FIGURA 6

MAPA ESTRATÉGICO 2020-2025

Pág.

42

42

42

43

52

52

53

54

21

23

24

24

25

30

31

33

33

41

46

47

49

49

50

6

10

13

20

22

39

INTRODUÇÃO

A conclusão do ano de 2022 sinaliza que está decorrida metade do período dedicado ao Plano Estratégico 2020-2025.

Os anos de 2020 a 2022 ficaram marcados por incidentes / perturbações verificadas na envolvente, a nível global.

Entre estes destaca-se a pandemia de COVID 19, com início em Portugal no 1º trimestre de 2020 (e cujo termo ainda não foi reconhecido pela Organização Mundial de Saúde – OMS), e a eclosão de uma guerra na Europa – na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, geradora de uma onda de cerca de 13 milhões de refugiados no espaço europeu, bem como de importantes efeitos económicos – escassez de bens e serviços e escalada global de preços.

Não obstante, permanece atual e pertinente a visão orientadora do Plano Estratégico que almeja, em 2025, que a Fundação seja reconhecida como “referência num modelo de saúde infantil, promotor

da saúde e do desenvolvimento humano, numa sociedade consciente da importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde”.

Os incidentes recentes tornaram mais evidentes as interações entre a saúde e a economia e as questões sociais e ambientais marcam todas as agendas na busca de um desenvolvimento mais sustentável.

No coração destas trajetórias estão obviamente a promoção da saúde, a prevenção da doença, a importância (pelos seus efeitos) do investimento nos primeiros anos de vida e a solidariedade consciente entre gerações. E tudo isto, é o que a Fundação concretiza todos os dias, procurando inspirar a sociedade e respeitando o legado da sua fundadora – Senhora D. Maude de Queiroz Pereira.

A Cuidar Hoje do Amanhã há 72 anos...



[Handwritten signature]



I – O Contexto do Ciclo Estratégico 2020-2025 e o seu Propósito

O CONTEXTO DO CICLO ESTRATÉGICO 2020-2025 E O SEU PROPÓSITO

No período até 2025 a Fundação assume o desafio estratégico de colaborar na dinamização, em Portugal, de um ecossistema promotor de uma sociedade saudável e sustentável, pela aposta no investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

A realidade patente no país, no que respeita ao bem-estar das crianças, mas também o estudo realizado em 2018-2019 com a *School of Business & Economics* da Universidade Nova de Lisboa (NOVASBE) animam a Fundação a trilhar este caminho, interpretando o seu papel de promotora do Bem Geral – como Fundação que é – para além dos limites em que até aqui se continha e cujo desempenho, não obstante, manterá – o de protagonista de um modelo de saúde comunitária, focado na saúde materno-infantil e na prevenção da doença. Com uma população residente em Portugal de cerca de 10,3 milhões de pessoas¹, 16,5% destas têm menos de 18 anos² e 4,2% têm até 5 anos³.

No nosso país, 22,9% das crianças menores de 18 anos encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social⁴.

Vários estudos documentam que, em Portugal, são necessárias pelo menos cinco gerações para que aqueles que nascem em famílias de baixos rendimentos se aproximem da média da sociedade.

A conjugação destes dois dados alerta-nos para a necessidade **urgente** de intervenção junto das novas gerações, nomeadamente pelo investimento em ambientes seguros, caracterizados pela qualidade das relações (com os pais e outros cuidadores) e em uma educação e saúde de qualidade.

Como sociedade, Portugal aparenta não ter ainda compreendido bem isto. Pouco mais de metade das crianças⁵ portuguesas frequentam creches (sendo que isso não se deve ao facto de os pais ou as mães terem licenças parentais de 2 ou mais anos, como por exemplo, nos países nórdicos) e, das crianças abandonadas pelos pais ou retiradas às famílias de origem (pelo sistema de proteção), apenas 3,5%⁶ do total se encontram em famílias de acolhimento.

1 EUROSTAT, ano de referência 2021 (acedido em 07/02/2023)

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/demo_pjan/default/table?lang=en

2 EUROSTAT, ano de referência 2021 (acedido em 07/02/2023)

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/YTH_DEMO_010_custom_3780728/default/table?lang=en

3 EUROSTAT, ano de referência 2021 (acedido em 07/02/2023)

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/DEMO_PJANGROUP_custom_3781385/default/table?lang=en

4 EUROSTAT, ano de referência 2021, (acedido em 07/02/2023)

https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tepsr_lm412/default/table?lang=en

5 Apenas 50,4% das crianças portuguesas até aos 3 anos frequentam creches – Fonte: EUROSTAT, ano de referência 2021, (acedido em 07/02/2023)

<https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/tps00185/default/table?lang=en>

6 Instituto da Segurança Social, I.P., 2022. CASA 2021 – Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, p.17.

São factos que demonstram que, como sociedade e ao nível das políticas, ainda não tomámos as medidas necessárias para garantir o(s) ambiente e cuidadores de qualidade, necessários ao desenvolvimento infantil, nos primeiros anos de vida.

O estudo⁷ concluído em 2018 pela NOVASBE sob o patrocínio da Fundação traduziu-se numa revisão de literatura que, partindo de 250 estudos realizados desde o ano de 2000, analisou detalhadamente 39 desses estudos, associados a projetos realizados na Europa e nos Estados Unidos.

O objetivo do estudo era, através de uma revisão de literatura ampla, reconhecer impactos de curto, médio e longo prazos, das intervenções realizadas no acompanhamento da gestação e na infância e que contassem com componentes de saúde.

Foram encontrados efeitos na saúde ao longo da vida, na participação e sucesso escolares e outros sociais (menores taxas de gravidez na adolescência e menores taxas de participação em atividades criminosas, por exemplo) e económicos (resultantes nomeadamente de menor desemprego, melhores rendimentos, menor apoio por subsídios sociais, etc...).

Entre os efeitos na saúde ao longo da vida conta-se nomeadamente a menor incidência de doenças crónicas (facto que é significativo dado

que estas doenças representam já hoje aproximadamente entre 70% e 80% da despesa pública de saúde)⁸.

É possível ainda concluir deste estudo que **intervir mais cedo é melhor** (os resultados ao longo da vida e nas várias vertentes são melhores quando a intervenção começa com o acompanhamento da gravidez) e **intervir nos vários estádios de desenvolvimento também é melhor** (do que uma intervenção apenas focada num só desses estádios).

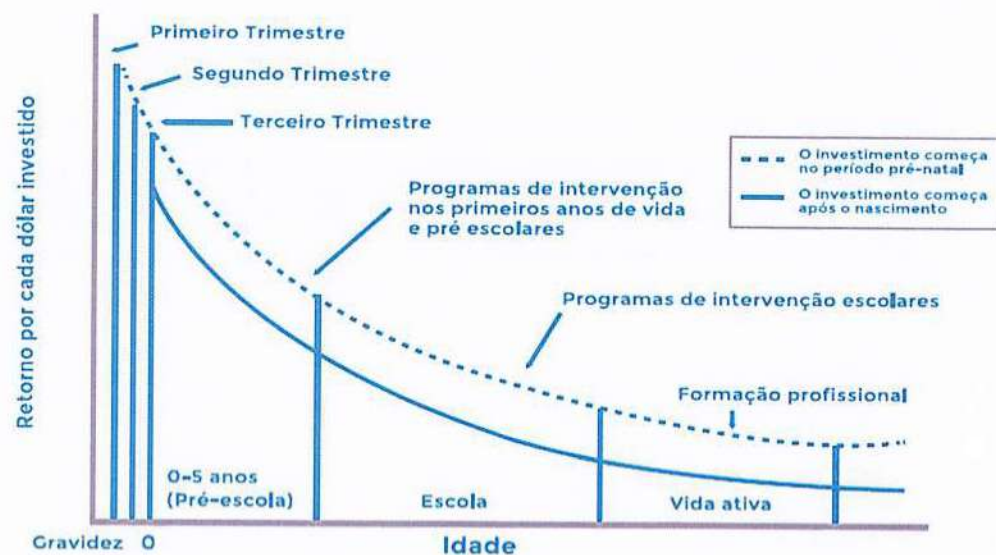


FIGURA 1 – Retorno de um dólar investido, segundo a idade, tendo em conta o período pré-natal
Fonte: Doyle et al. (2009)

⁷ Gonçalves, J., Valadas, F. (2018). "Intervir na Infância: quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico?", FNSBS, Lisboa.. Disponível em: https://fnsbs.pt/images/livros/Intervir_na_infancia_resultados_em_saude_escolaridade_social_economia.pdf

⁸ CHRODIS+, 2020. *Recommendations for intra- and inter-sectoral collaboration for health promotion and chronic disease prevention*. Brussels, p.5. Disponível em <http://chrodis.eu/wp-content/uploads/2021/01/chrodis-plus-d5.4-recommendations-for-intra-and-inter-sectoral-collaboration-1.pdf> (acedido em 07/02/2023)

E, consolidando-se o corpo de conceitos e de conhecimentos científicos em torno do que, o *Center on the Development Child da Harvard University*, denomina ser de primeira geração do ecossistema de investimento nos primeiros anos de vida (ECD.01), vem este, em 2022, afirmar a necessidade de uma segunda geração deste ecossistema (ECD.02) colocando-se agora o foco: i) nos desafios da saúde ao longo da vida; ii) no desenvolvimento saudável; e iii) no estímulo à inovação e eficácia das respostas face às necessidades das crianças e famílias em diferentes contextos.

Deste modo a filosofia de atuação da Fundação e a Visão que esta ousa concretizar até 2025 surgem em total alinhamento com esta perspectiva. Na nova geração de políticas deverá ser colocada a ênfase na influência que a saúde e o desenvolvimento infantil têm na saúde ao longo da vida.

New Science for a New Era in Early Childhood Policy and Practice

ECD 1.0: Science of Early Brain Development in an Environment of Relationships		ECD 2.0: Connecting the Brain to the Rest of the Body in a Broader Ecological Context
Impacts of "serve and return" interactions on developing brain architecture and building blocks of resilience.	+	Impacts of conditions and experiences beyond caregiving that are built into many biological systems, as well as the brain.
Effects of toxic stress on brain circuits, with negative implications for early learning and social-emotional development.	+	Effects of a range of disruptions (e.g., toxic stress, chemical exposures, air pollution) on multiple developing systems, with negative implications for lifelong physical and mental health.
Importance of enriched learning experiences to strengthen children's readiness to succeed in school.	+	Importance of preventing or reducing effects of early adversities to promote physical and mental health across the lifespan.
Focus on negative impacts of poverty, maltreatment, maternal depression, addictions, and violence.	+	Expanded focus on structural inequities to include the cumulative threats and burdens of systemic racism.
Definition of "evidence-based" programs based on what works, on average.	+	Focus on Individual variation in sensitivity to the environment and on which interventions work for whom, why, and in what contexts.
Research on brain development has led to increased support for Pre-K at age 4.	+	Research on developing immune and metabolic systems calls for more attention to prenatal period and early infancy.

Center on the Developing Child  HARVARD UNIVERSITY

Fonte: [Re-Envisioning Early Childhood Policy and Practice in a World of Striking Inequality and Uncertainty - Center on the Developing Child at Harvard University](#)

VISÃO

Ser referência num modelo de saúde infantil, promotor da saúde e do desenvolvimento humano, numa sociedade consciente da importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

Sob o mote **DESPERTAR e INTERPELAR** os anos, 2020 e 2021, constituíram a primeira etapa do ciclo estratégico de seis anos no qual, mantendo a dedicação a um modelo de saúde infantil acessível a todos (que se pretende de referência), a Fundação procura, para além dele:

- i) **Partilhar e disseminar** boas práticas e conhecimento, também o produzido por terceiros, no país e fora dele;
- ii) **Inovar**, no seu modelo de base comunitária (nomeadamente com recurso a novas tecnologias) e nas práticas colaborativas;
- iii) E, gerando e integrando dinâmicas de rede, **promover o ganho de consciência social** em Portugal sobre a importância do investimento nos primeiros anos de vida e na promoção da saúde.

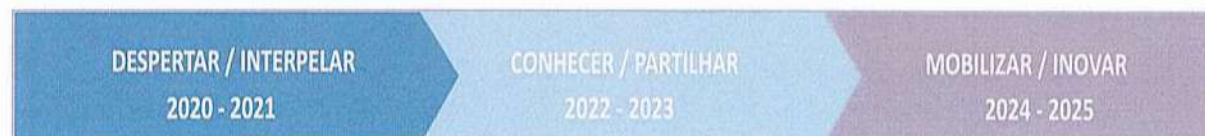
Este acréscimo de consciência na sociedade portuguesa é condição de criação de um futuro sustentável e reveste-se de importância crítica para promover o reconhecimento da importância do modelo de saúde da Fundação e potenciar a sua capacidade inspiradora.

No essencial, podemos afirmar que esta primeira etapa (concretizada no período 2020-2021) cumpriu o seu principal desígnio - **DESPERTAR/INTERPELAR**.

Aproveitando um alinhamento de organizações internacionais em torno da iniciativa – aliança para o investimento estratégico na infância (que inclui uma *Child Guarantee* na União Europeia até 2027), a Fundação assumiu a liderança em Portugal da campanha **First Years First Priority**. E, neste contexto, promoveu a criação de uma forte coligação nacional constituída em 2021 por 27 entidades (representando milhares de organizações em Portugal) que produziram propostas de ação, que apresentaram ao Governo e ao Presidente da República (Anexo I).

Com o Alto Patrocínio deste e o apoio público e compromisso da Ministra do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social, esta iniciativa teve a capacidade de colocar na agenda política, nomeadamente:

- i) A centralidade do combate à Pobreza Infantil;
- ii) A necessidade de reverter a política de acolhimento institucional de crianças para uma política de acolhimento familiar, que proporcione a criação dos laços e vínculos construtores da pessoa;
- iii) A necessidade de alargar e conferir orientação educativa à rede de creches (no acolhimento de crianças menores de 3 anos).



A eclosão da pandemia da COVID 19 em 2020 (muito marcante em toda a vida económica e social no ciclo 2000-2001) não retirou, no entanto, pertinência à Visão assumida pela Fundação para o ano de 2025. O forte impacto da campanha em 2021 e a criação, a nível europeu, de uma Garantia para a Infância, são factos que testemunham a urgência do investimento nos primeiros anos de vida.

E, não obstante os impactos negativos da pandemia em todas as atividades, certo é que a mesma proporcionou também oportunidades de inovação. No contexto da atividade da Fundação destacam-se neste âmbito e período:

- i) O arranque das soluções de teleconsulta e de teleaconselhamento;
- ii) O início da produção de vídeos e outros conteúdos digitais interativos disponíveis no site da Fundação e na PEDIPEDIA⁹ (enciclopédia pediátrica *on-line*), visando a promoção da literacia para a saúde numa base digital;
- iii) Investimentos de *up-grade* nos sistemas de informação utilizados na atividade e na gestão, que permitiram dinâmicas de desmaterialização e maior automatismo das operações.

9 A PEDIPEDIA é uma enciclopédia pediátrica on-line disponível e consultável no site <https://pedipedia.org/>

EM SUMA:

Poderemos, pois, concluir que:

- a. Não tendo o contexto pandémico enfraquecido a qualidade e força da Visão 2025 que orienta a atividade e desenvolvimento da Fundação, o mesmo proporcionou oportunidades nos eixos INFLUENCIAR e INOVAR, previstos no desiderato estratégico (ver figura 2);





FIGURA 2 – Dimensões do desafio inserto no Plano Estratégico 2020-2025

- b. Criou um terreno propício à abertura de um segundo ciclo (2022-2023) com o foco na produção e partilha de conhecimento;
- c. Tornou mais viva na sociedade a consciência das interações entre economia e saúde...e, também por esse motivo, pode ter aberto novas oportunidades na passagem do essencial da mensagem da Fundação.

“Uma boa saúde não é só importante em si mesma. Uma boa saúde também promove o bem-estar pessoal, social e económico. Pessoas saudáveis criam comunidades saudáveis e contribuem para uma sociedade sólida, próspera e mais produtiva.”

OECD (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, p. 40.

Handwritten signature



II - O ano 2022 no Contexto do 2º Ciclo do Plano Estratégico

1. O ANO DE 2022

O ano de 2022 deu, pois, início à segunda etapa do Plano Estratégico 2025. Sob o mote **CONHECER/PARTILHAR** eram esperadas desta

etapa e da seguinte, de acordo com o traçado em 2019 para o Plano Estratégico, as seguintes realizações:

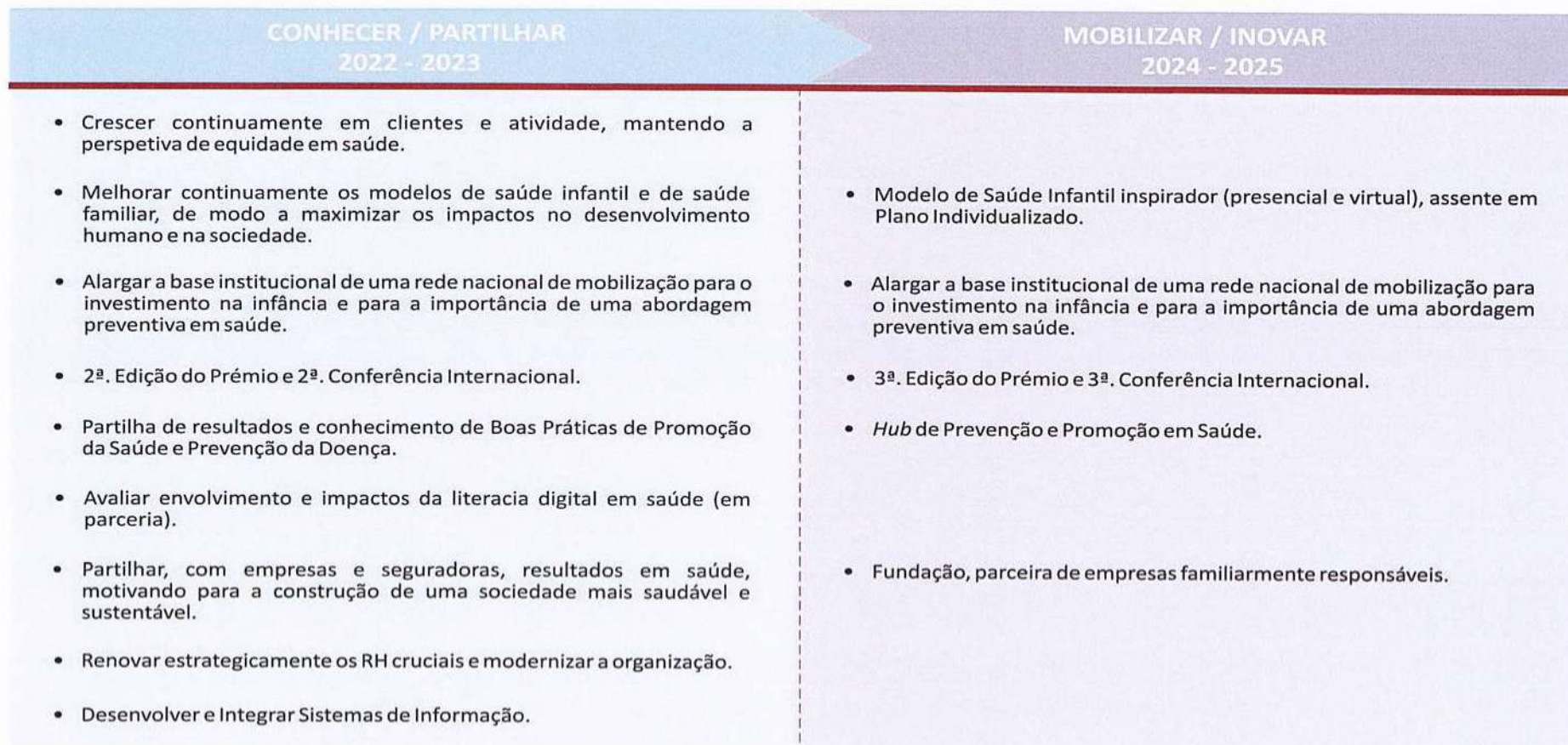


FIGURA 3 – Cronograma indicativo de desenvolvimento do Plano Estratégico 2020-2025 - Etapas 2 e 3

1.1. A CAMPANHA PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE

Apenas com exceção do lançamento da 2ª Edição do Prémio Desenvolvimento Infantil que se tinha equacionado em sede de Plano Estratégico como a ação âncora da vertente mobilizadora da sociedade portuguesa para o investimento nos primeiros anos de vida, todas os demais objetivos permaneceram válidos para esta nova etapa. Essa ação âncora, substituída no final do ano de 2020 pela Campanha¹⁰ **Primeiros Anos a Nossa Prioridade**, será presente, como veremos, em todo este novo ciclo. Trata-se de uma campanha europeia – *First Years.First Priority*- a que se associam já 10 países¹¹ sob a liderança da EUROCHILD, da International STEP by STEP Association, com o apoio da European Health Alliance e do Roma Education Fund, e que prossegue a Visão de “Influenciar as políticas públicas e o investimento, de modo a que, todas as famílias – particularmente as mais vulneráveis- tenham o suporte que precisam para um ambiente saudável, seguro e promotor do potencial de todas as crianças”.

Com foco nos primeiros 6 anos de vida e muito em especial nos primeiros 1.000 dias de vida, a campanha traduz o mesmo compromisso que a Fundação protagoniza em Portugal desde 1951 e visa alertar todos para a necessidade desse investimento preferencial, enquanto aposta estratégica de uma sociedade.

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2021 a Fundação assinou um Memorando de Entendimento com a EUROCHILD em abril de 2022, comprometendo-se a manter viva a campanha até 31 de dezembro de 2023.

E nesse enquadramento assumiu, entre outras ações (vide cronograma em Anexo 2), promover o alargamento da rede de instituições aderentes em Portugal (um total de 27 até ao termo de 2021). No âmbito deste compromisso, no ano de 2022, foi renovado o compromisso até final de 2022 por parte de 26 dessas organizações e sinalizaram a intenção de adesão a esta rede mais 6, a saber: ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro; Clube do bebé do Pingo Doce; CrescerSer - Associação portuguesa para o direito dos menores e da família; Colégio Santiago; ABLA - Associação de Beneficência Luso-Alemã; Ser Cooperativa Social.

No final de 2022, totalizam a adesão formal 32 entidades aderentes.

Constituir uma coligação forte de entidades que compreendam a importância estratégica dos primeiros anos de vida é o primeiro passo para suportar uma campanha que visa aumentar a consciência da sociedade em geral e dos políticos e investidores, em particular.

¹⁰ Campanha Primeiros Anos a Nossa Prioridade (www.primeirosanos.com)

¹¹ A campanha concretiza-se, no período 2022-2023 nos seguintes países: Bulgária, Eslováquia, Espanha, Finlândia, França, Hungria, Irlanda, Portugal, Roménia e Sérvia.

E as instituições aderentes à campanha promovem um conjunto de ações que integram o plano da campanha (34 realizadas no decurso de 2022). Essas ações compreendem eventos de sensibilização, formação, reflexão e recomendações. O conjunto de recomendações emanado da 1ª fase da campanha deu contributos significativos para a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, cuja coordenadora foi nomeada em outubro p.p.¹², e para o desenho do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030, aprovado em novembro de 2022¹³.

Mas a partilha de conhecimento e a tomada de consciência acrescida que o Plano Estratégico da Fundação almeja não se centra apenas na importância dos primeiros anos de vida. Pretende-se também sensibilizar/alertar para a importância, pelos efeitos que gera, de um acesso a saúde de qualidade desde a gestação. Uma estratégia de promoção da saúde e de prevenção da doença tem efeitos na saúde ao longo da vida e na dinâmica da sociedade, como já se referiu anteriormente. Estes investimentos são, mesmo do ponto de vista meramente económico, compensados com redução de custos a longo prazo em internamentos, o acompanhamento das doenças agudas e crónicas, a morte prematura, os anos vividos sem qualidade, as baixas prolongadas, o absentismo laboral, entre outros.

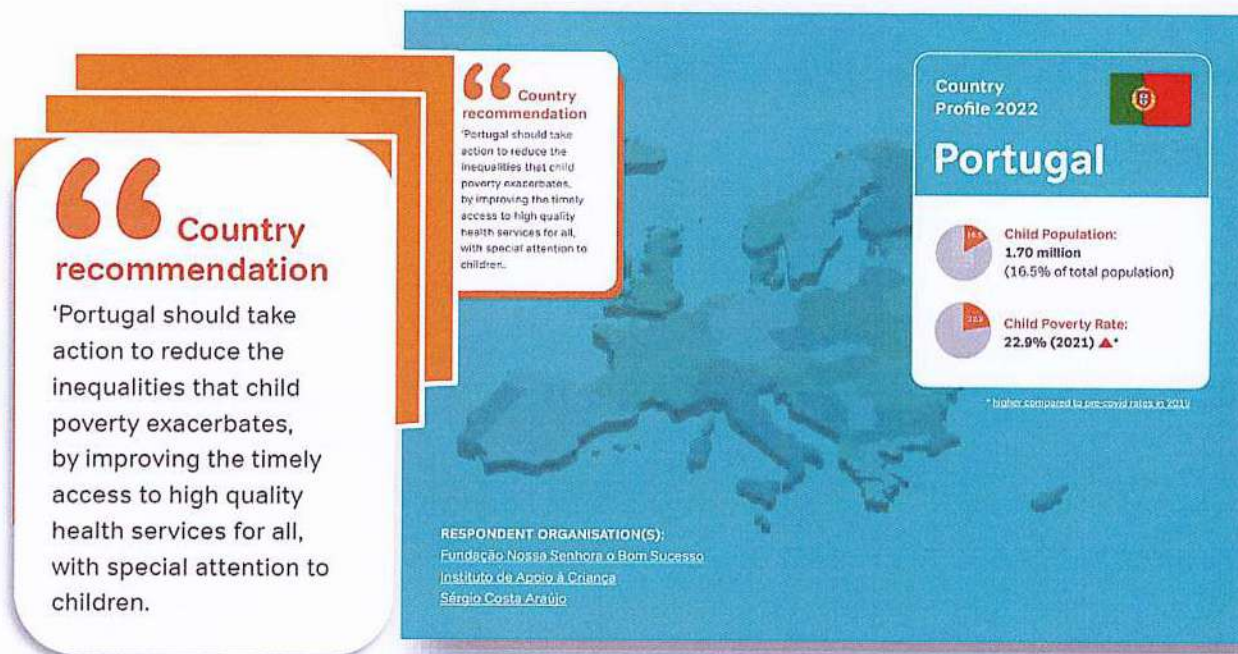
A estratégia de *advocacy* implícita na campanha tem como resultados já visíveis no domínio das políticas, nomeadamente:

- i) A centralidade da infância no combate à pobreza;
- ii) A promoção consciente (se bem que ainda lenta) do acolhimento familiar como meio substituto do acolhimento institucional de crianças retiradas judicialmente das famílias de origem (ou por estas abandonadas);
- iii) A valorização da vertente educativa no segmento das creches (e a sua tendencial gratuitidade);
- iv) A adoção de medidas de política que permitam melhores condições de conciliação da vida pessoal/familiar e profissional (nomeadamente aquando do nascimento de um filho);
- v) O acesso à saúde no âmbito da primeira infância (preocupação também agora expressa no Plano de Ação da Garantia para a Infância, 2022-2030).

12 <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/comunicado?i=governo-escolhe-sandra-araujo-para-coordenadora-da-estrategia-nacional-de-combate-a-pobreza-2021-2030> (acedido em 07/02/2023). Lembre-se que a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza já havia sido aprovada em 29 de dezembro de 2021 ([Resolução do Conselho de Ministros nº184/2021](#)).

13 O Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 foi aprovado em Conselho de Ministros em 30 de novembro de 2022, embora tenha sido publicado em Diário da República apenas em janeiro de 2023 ([Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2023](#)).

Este último ponto é aliás a principal recomendação constante do *Country Profile* de Portugal, tornado público a nível europeu pela EUROCHILD (vide Anexo 3) no âmbito do processo do Semestre Europeu¹⁴.



14 O Semestre Europeu constitui um quadro para a coordenação das políticas económicas dos países da União Europeia, permitindo-lhes debater os seus planos orçamentais e económicos e acompanhar os progressos realizados em determinados momentos do ano. Inicia-se, no outono de cada ano, quando a Comissão Europeia procede à Análise Anual do Crescimento, em que passa em revista a economia europeia e define a resposta política mais adequada aos desafios identificados, tendo em vista o crescimento, a inclusão e a convergência na Europa. Após a sua publicação, esta Análise é objeto de diálogo entre a Comissão e os países da UE, as partes interessadas e os parceiros sociais. Em fevereiro, após este diálogo e numa análise mais aprofundada, a Comissão apresenta uma análise anual da situação económica e social dos países da EU, que incluir uma avaliação dos progressos efetuados a nível da aplicação das recomendações específicas por país formuladas em anos anteriores. Em abril, os países

apresentam à Comissão os seus planos em matéria de políticas económicas e programas de estabilidade ou de convergência. A Comissão analisa estes planos e programas e, em maio, emite as Recomendações Específicas do ano (mais informação disponível em https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/european-semester/european-semester-timeline/autumn-package-explained_pt - acedido em 07/02/2023). A Eurochild publica anualmente um relatório de análise do Semestre Europeu, em que apresenta, com o contributo dos seus membros, um perfil por país sobre a presença ou ausência das questões ligadas à infância neste processo. Para o relatório de 2022, nomeadamente para o perfil de Portugal, contribuíram a Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, o Instituto de Apoio à Criança e Sérgio Costa Araújo (membro individual da Eurochild).

Para além destas ações, a Fundação lançou a segunda *Call for Papers* sobre investigação recente realizada em Portugal no domínio do desenvolvimento infantil e preparou-se para lançar, no início de 2023, dois estudos de Perceções sobre a importância dos primeiros anos de vida junto da população portuguesa. Os respetivos resultados (de investigação e dos estudos de perceções) serão peças-chave do 2º Big Meeting – OS PRIMEIROS ANOS CONTAM! - a realizar, em outubro de 2023, no auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian. Este será também o momento de se efetuar publicamente o balanço do Programa de Ações (vide Anexo 1) que resultou do 1º Big Meeting ‘Os Primeiros Anos Contam! e agora?’ realizado em setembro de 2021 e cuja concretização os parceiros seguiram atentamente no decurso de 2022.

Entre as ações de disseminação de conceitos que apoiem a evolução da perspetiva dos portugueses, sobre a importância dos primeiros anos de vida e do processo de desenvolvimento infantil, levados a cabo durante o ano de 2022 pelos parceiros, destacamos a rubrica **Sabia que...** (vide Anexo 4), alvo de disseminação de 15 mensagens-chave, disseminadas em 3 fases de comunicação nas redes sociais durante todo o segundo semestre do ano de 2022:

- **Mês da Criança**

Junho de 2022 - <https://primeirosanos.com/2022/05/31/sabia-que-compreender-melhor-a-importancia-dos-primeiros-anos-de-vida/>

- **Início do Ano Escolar**

Setembro de 2022 - <https://primeirosanos.com/2022/09/27/sabia-que-compreender-melhor-os-primeiros-anos-de-vida/>

- **Mês dos Direitos da Criança**

Novembro de 2022 - <https://primeirosanos.com/2022/11/21/sabia-que-compreender-melhor-os-primeiros-anos-de-vida-continuacao-2/>

BIG MEETING Os Primeiros Anos Contam! e agora!

17.09.2021

Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian



primeiros anos
a nossa prioridade

Os Primeiros
Anos Contam!
e agora!

PROGRAMA

17.09.2021 - Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian

15H00 - ABERTURA

Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa
Júlio F. Costa Pinho
Rafaela Spalacci
Júlio Santos Pinho, Político, Professor Emérito, Coordenador Adjunto do Instituto de Saúde
Amândio Ribeiro Laranjeira, JUIZ Conselheiro
Ana Simões, M. Pênia e Danúbio

16H00 - O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Os Primeiros Anos - A importância das situações de saúde e de desenvolvimento infantil
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

16H30 - VÍNCULO SEGURO, FAMÍLIA E ACOULHAMENTO

Resumo Vínculo Seguro
Clara Lima e Ana Catarina, 10 PM
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

17H00 - INTERVALO

- Participação em sessão de lançamento do livro *Primeiros Anos a Nossa Prioridade* em Portugal e no Brasil.
- Participação no lançamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

Patrocinador

Fundação Calouste Gulbenkian

Patrocinador

Fundação Calouste Gulbenkian

primeiros anos
a nossa prioridade

PROGRAMA

17.09.2021 - Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian

15H00 - O PERFIL DE PORTUGAL E OUTROS DADOS

João Gonçalves, NÚMERO 1
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

16H00 - DIREITOS E REALIDADE

Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

16H30 - TEMPO DE BRINCAR, CUIDAR E EDUCAR

Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

17H00 - CONCLUSÕES E ENCERRAMENTO

Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro
Hana da Costa, Vânia Ribeiro

Prochild
Instituto EducacionalEm colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade**Sabia que...**

Relações positivas e estáveis
são fundamentais para que
as crianças aprendam a lidar
com as suas emoções?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom SucessoProchild
Instituto EducacionalEm colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade**Sabia que...**

Experiências de negligência
ou maus tratos têm efeitos
negativos no cérebro da
criança?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom SucessoProchild
Instituto EducacionalEm colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade**Sabia que...**

Dos 0 aos 3 anos o
desenvolvimento cerebral é
mais rápido do que em
qualquer outra fase da vida?

Prochild
Instituto EducacionalEm colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade**Sabia que...**

A brincadeira é essencial
para o desenvolvimento
da criança?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso

1.2. O CRESCIMENTO DE UMA ATIVIDADE DE SAÚDE FOCADA NA PREVENÇÃO, EM EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

Ao nível do acesso a cuidados de saúde de qualidade, Portugal apresenta algumas debilidades importantes:

- a) Um sistema dual e não focado na prevenção e no acesso em tempo. Apesar do acesso universal consagrado constitucionalmente e materializado no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS), facto é que, para uma consulta de especialidade (só disponível no âmbito hospitalar), as listas de espera já eram, antes da pandemia (situação entretanto agravada), de meses ou anos, podendo comprometer e comprometendo mesmo a viabilidade de deteção e intervenção precoces, bem como a total recuperação, possível noutro cenário para muitas crianças. Quem tem acesso a seguros ou outros sub-sistemas (caso por exemplo da ADSE) tem a possibilidade de superar estas listas de espera e daí a dualidade referida, ou seja, regimes diferenciados de acesso no seio da sociedade portuguesa, deixando privada, de cuidados em tempo, a população de menores recursos.

- b) Mesmo no âmbito da oferta privada de saúde a prioridade da abordagem é o foco na doença e no seu tratamento, não havendo em regra rastreios programados para crianças que permitam a deteção precoce de desvios no processo de desenvolvimento e a sua estimulação/recuperação precoces.

Muitas vezes é perante os sinais de insucesso escolar que pais e educadores pedem esses rastreios, já finda a janela de maior oportunidade de intervenção.

- c) Um dos maiores níveis de pagamento direto de despesas de saúde (*out-of pocket*) por parte das famílias no espaço europeu – de 28%¹⁵

Por todos estes motivos, o modelo de saúde protagonizado pela Fundação desde 1951 mantém total pertinência como proposta de valor para a sociedade portuguesa. Contém um modelo de saúde infantil, a par de outros existentes a nível europeu (com traços potencialmente transferíveis para outros sistemas e contextos) e que está alinhado com uma Teoria da Mudança muito próxima da detetada no estudo promovido pela Fundação em 2018/2019, realizado pela NOVASBE e já anteriormente referido. Senão vejamos:

¹⁵ Sob a designação de Out-of-Pocket – Fonte: OECD/European Union (2022), *Health at a Glance: Europe 2022: State of Health in the EU Cycle*, OECD Publishing, Paris, p.133
<https://doi.org/10.1787/507433b0-en>

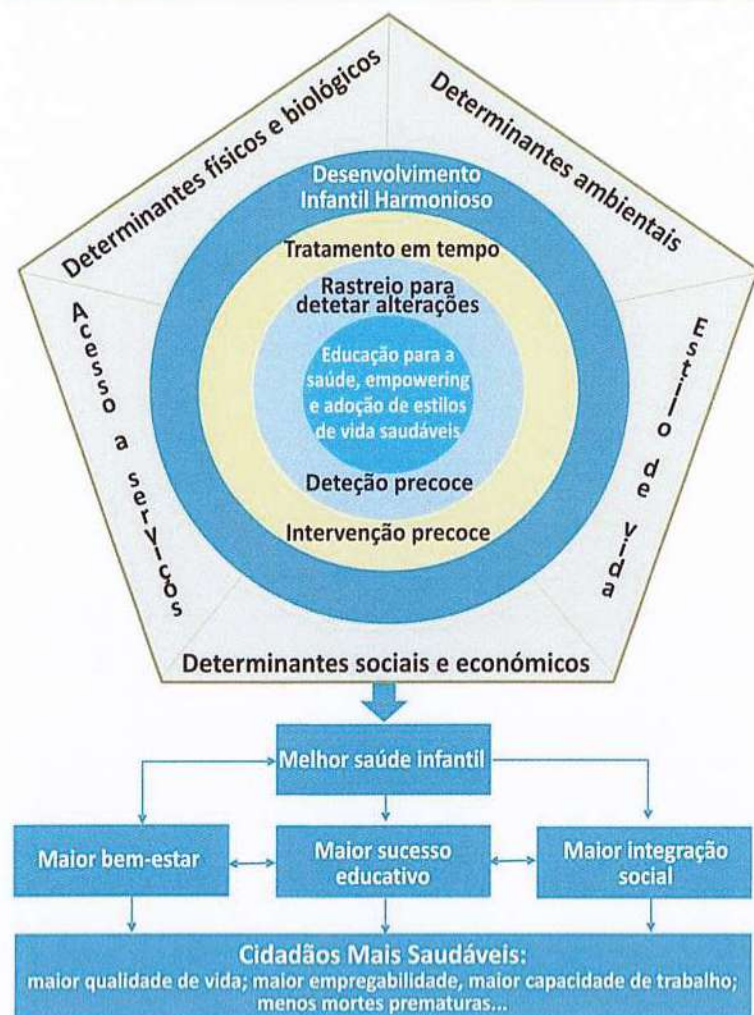


FIGURA 4 - Modelo de saúde da Fundação, determinantes e resultados

16 O Estudo para a dissertação de Mestrado em Promoção da Saúde da autoria da higienista Cláudia Pereira, intitulado “A saúde oral de jovens seguidos num modelo integrado de saúde oral: o papel da vigilância precoce”, conclui que os jovens seguidos na Fundação apresentam melhores indicadores de saúde oral, hábitos de higiene oral bem implementados e níveis de Literacia em Saúde Oral adequados e que a precocidade de início da vigilância em saúde oral parece ter um papel importante para a consolidação destes indicadores: os jovens que iniciaram a sua vigilância de saúde oral aos 3 anos de idade apresentam um Índice de dentes

- i) Na saúde oral, os ganhos de saúde obtidos com o Programa de Saúde Oral são visíveis e reconhecidos (recorde-se que a Fundação foi premiada neste âmbito com a Menção Honrosa Resultados em Saúde do Prémio Saúde Sustentável 2018; o Prémio Melhor Poster 2019, no âmbito do XIX Congresso da Associação Portuguesa de Higienistas Orais; objeto de divulgação internacional (poster apresentado na Assembleia Geral da EuroHealthNet e notícia publicada na *e-news* da EUROCHILD) e de teses de mestrado (2020/21)¹⁶;
- ii) O período estratégico 2012-2019: desafiou o modelo de base comunitária da Fundação (passando a servir a população, de 2 para 202 freguesias); duplicou a sua base de utentes; complementou o modelo de saúde infantil com uma área mais robusta de intervenção precoce (psicologia, terapia da fala, psicomotricidade e pedopsiquiatria); bem como fortaleceu os efeitos da sua componente preventiva – elevando as idades de cobertura – e o seu âmbito – acrescentando medicina geral e familiar, nutrição, desenvolvimento de competências parentais e terapia familiar, por exemplo;

cariados, perdidos e obturados (CPOD) de 2,06, enquanto os que começaram a ser acompanhados na Fundação mais tardiamente apresentam um CPOD de 6,33; relativamente aos hábitos de higiene oral, todos os jovens acompanhados na Fundação fazem escovagem dos dentes diariamente, sendo que 84% escovam 2 vezes por dia e 74% apenas antes de dormir, e 17% usa fio dentário diariamente (que compara com apenas 6,4% dos jovens em geral); 86,5% dos jovens vigiados na Fundação apresentam níveis de literacia em saúde oral adequados, que comparam com 44,3% e 73,2% de outros dois estudos nacionais.

- iii) As alterações referidas no ponto anterior foram efetivadas sem perda dos níveis de satisfação de utentes e sem aumento global dos custos diretos de saúde;
- iv) O número de consultas realizadas por ano ultrapassou, em 2019, o número de 15.000 (consagrando um crescimento próximo dos 50% no período 2012-2019);
- v) Cerca de 30% dos utentes da Fundação beneficia de alguma bonificação ou isenção de pagamento dos serviços (dada a sua condição socioeconómica) e 50% da atividade atual é-lhes dirigida.

No âmbito do Plano Estratégico desenhado em 2019 admitiu-se possível um crescimento anual de atividade e utentes da saúde durante o período 2020-2025, respetivamente, de 5% e 7,5%.

Nos primeiros 3 anos, todos de algum modo marcados pela pandemia da COVID 19, verificou-se:

- a. No ano 2000, um decréscimo de 14,5% da atividade com um crescimento de utentes na ordem dos 10,9%;
- b. No ano de 2021, um crescimento da atividade de 19% da atividade e de 9% de utentes;
- c. No ano de 2022, um crescimento da atividade de cerca de 3% e de utentes de cerca de 10%.

Desta evolução resulta que, no ano de 2022, a atividade de saúde da Fundação, registou um nível histórico de consultas na ordem das 17.000, tendo o número de utentes ultrapassado os 8.100. Não obstante a pandemia foi possível pois elevar o nível de atividade, desde 2019, em cerca de 5% e o número de utentes em 34%.

Cerca de 86% da atividade do ano 2022 foi dedicada a crianças e jovens até aos 18 anos e apenas 14% destinada a adultos, sinalizando este facto a dedicação preferencial da Fundação, de promover ganhos de saúde, pela aposta estratégica nos primeiros anos de vida.

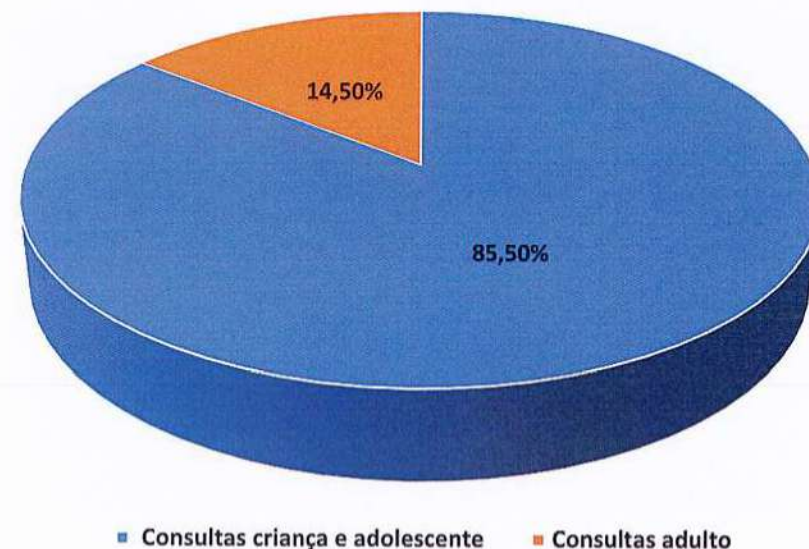


GRÁFICO Nº 1 - Distribuição do número de Consultas por segmento de idade-2022

A maioria relativa das consultas – 44%-foi concretizada no âmbito do modelo de Saúde infantil da Fundação, que se pretende inspirador para toda a sociedade, dado o seu foco na vigilância permanente, na promoção da saúde, na integração dos cuidados e na deteção precoce de desvios de desenvolvimento ou de outras alterações.

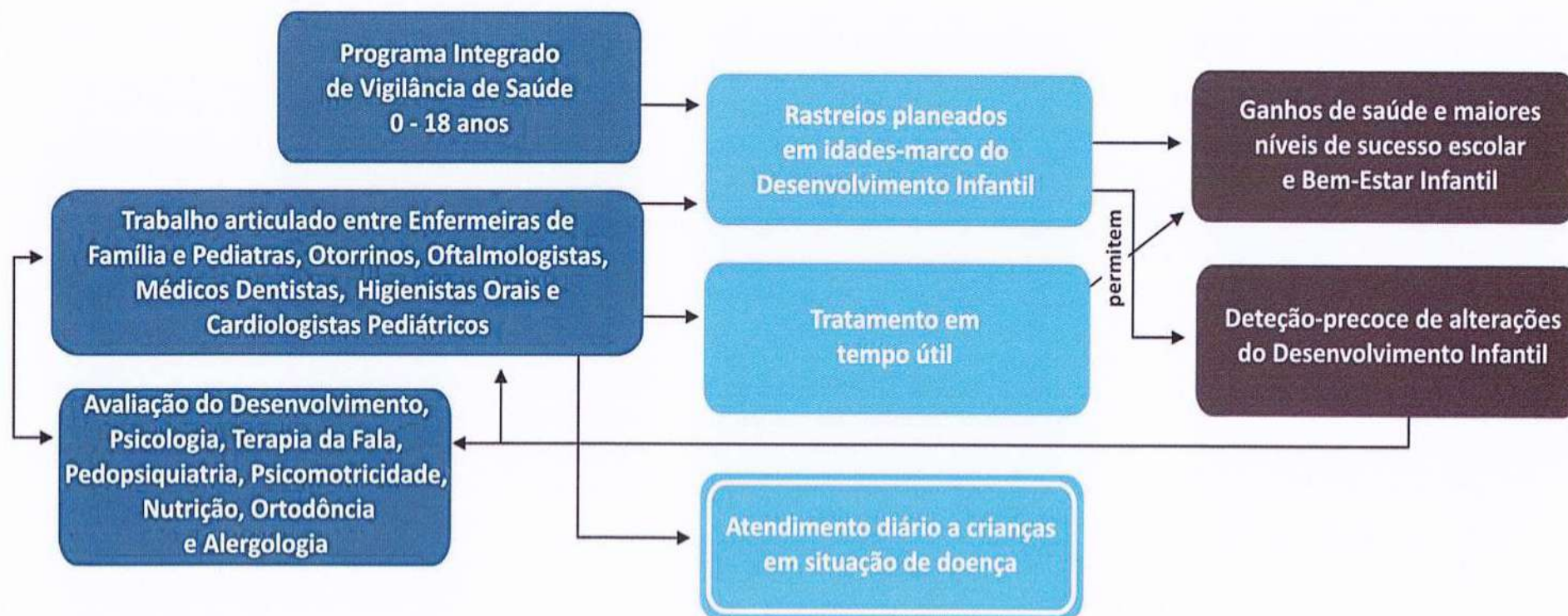


Figura 5 – Esquema do Modelo de Vigilância de Saúde da Fundação (crianças e jovens)

Prevenção da ambliopia precoce, de perdas de audição, da cárie dentária, de problemas de desenvolvimento infantil ou o rastreio do cancro do colo do útero, de ovários e da mama, são alguns dos objetivos prosseguidos no programa de rastreios ajustado aos riscos específicos de cada pessoa.

Apenas a deteção precoce permite uma intervenção terapêutica precoce aproveitando a janela de oportunidade de ouro que os primeiros anos de vida contêm. Por este motivo, no ano de 2022, os rastreios representaram:

- 72% da atividade de cardiologia pediátrica;
- 66,5% da atividade de saúde oral;
- 64% da atividade de saúde infantil;
- 60% das consultas de saúde da visão;
- 22% da atividade de saúde da audição.

Em rigor, 29% das consultas realizadas no ano de 2022 foram consultas de rastreio, com a seguinte distribuição por Programa de Saúde.

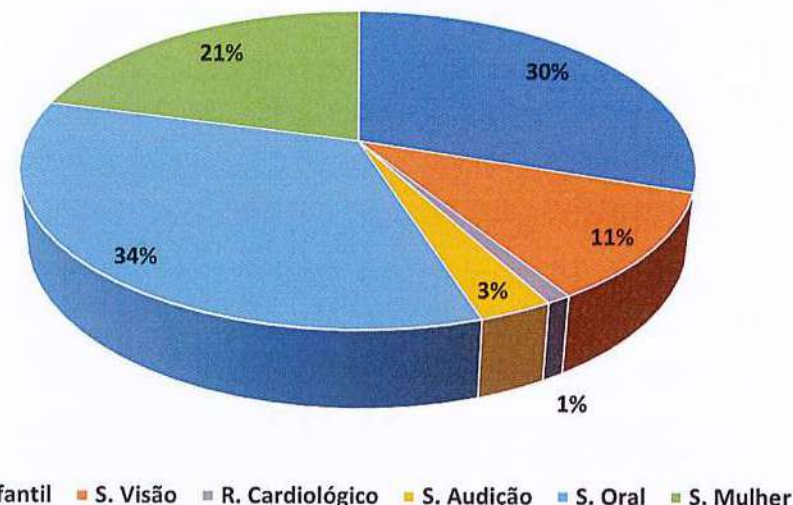


GRÁFICO Nº 2 – Distribuição dos Rastreios 2022 por Programa

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um ganho relativo de proporção dos rastreios no âmbito do Programa de Saúde da Mulher (especialidade de ginecologia-obstetrícia). Neste âmbito 93% da atividade realizada foi considerada de rastreio, recuperando de algum abrandamento registado nos anos 2020-2021, por força da pandemia e das restrições de mobilidade à mesma associadas.

Consolidar a oferta no perfil atingido em 2019 e que já incorporou também a Terapia Familiar, inclusive como meio de conferir maior eficácia à intervenção sobre as crianças e adolescentes, era o segundo objetivo a prosseguir no âmbito do Plano Estratégico para a atividade de saúde.

Em 2019 o padrão de distribuição era o plasmado no gráfico seguinte.

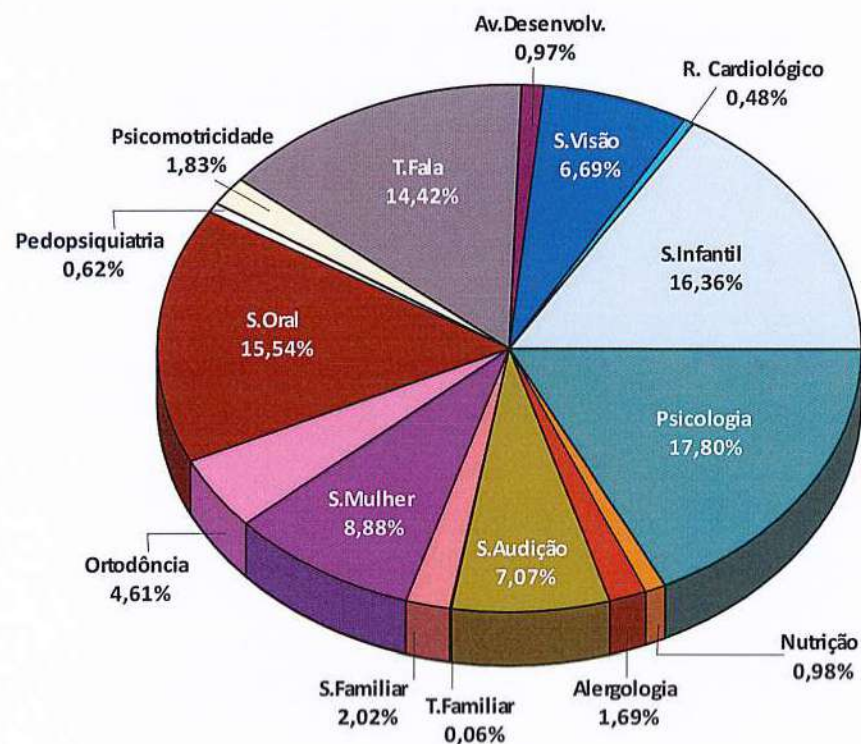


GRÁFICO Nº 3 – Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2019

Em 2022, como se poderá verificar pelo gráfico seguinte o padrão de distribuição das consultas por especialidade ou Programa não difere muito do anterior. Consta-se que, no âmbito do modelo de saúde infantil e rastreios de especialidade associados (visão, audição, oral e cardiológicos), a distribuição tende para o regresso ao padrão de 2019, após dois anos de relativo afastamento motivado pela pandemia. De notar, no entanto, que da oferta mais recente, as especialidades de pedopsiquiatria, psicomotricidade, terapia familiar, saúde familiar e nutrição (todas ainda com pesos relativos diminutos situados entre os 1,5% e 3,5%), denotam uma tendência de crescimento contínuo.

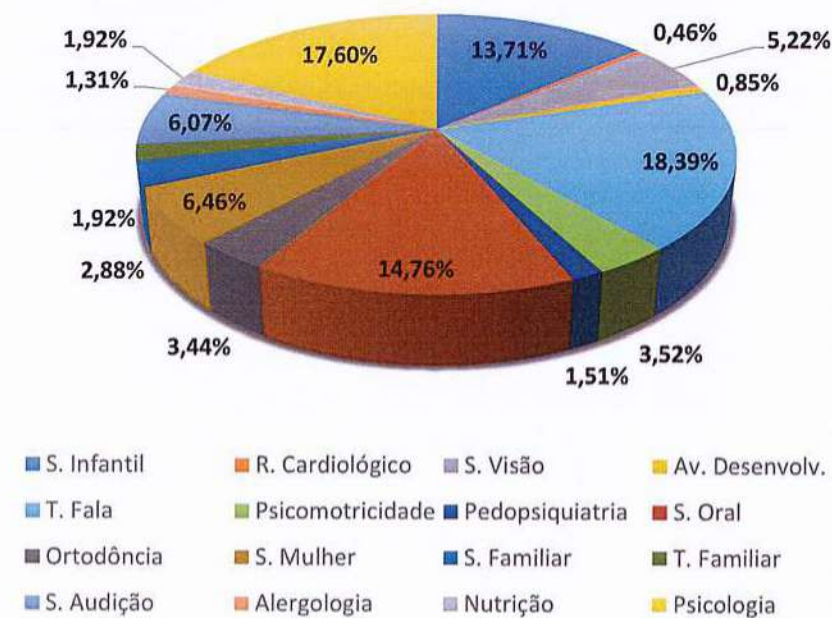


GRÁFICO Nº 4 – Padrão de Distribuição do Total de Consultas em 2022

No caso da pedopsiquiatria e da nutrição parte do crescimento verificado no ano deve-se ao facto de ter sido alargado o âmbito da convenção com a ADSE no início de 2022, surgindo, nos primeiros meses do ano, a Fundação como a única entidade em Lisboa com estes serviços convencionados.

Importa ainda referir que, associado aos serviços terapêuticos na área do neuro desenvolvimento pediátrico, se tem assistido a um contínuo aumento da procura da psicoterapia, psicomotricidade e terapia da fala. Denotando uma clara falha de mercado toda esta área e tendo a pandemia agravado os problemas de saúde mental designadamente na população jovem¹⁷, a Fundação viu-se forçada (por preocupações de autossustentabilidade) a não alargar a oferta destas áreas ao ritmo da procura. Esta é, no entanto, uma preocupação que merece maior ponderação no futuro e que justificou a celebração de um acordo com o Instituto da Segurança Social para a Fundação¹⁸ poder desenvolver, também no quadro do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) e com crianças entre os 0 e os 6 anos, a sua atividade, assumindo a responsabilidade pelo acompanhamento de 70 crianças no âmbito de uma Equipa Local de Intervenção (ELI) da cidade de Lisboa.

17 Costa, C.V., Ticló, S.S., Ferreira-Carvalho, R., Delgado, R.M., Lobarinhas, M.J., Teixeira, G., Sousa, M.C., Cordovil, C., Henrique, S. & Goldschmidt, T. (2021). "Avaliação de Sintomas Psiquiátricos Durante o Confinamento no Contexto da Pandemia COVID-19 numa População Clínica Pedopsiquiátrica". Disponível em:

<http://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/article/view/176>

- Loureiro, M.A. (2020). "O impacto da pandemia pela COVID-19 nos Adolescentes e Jovens: revisão crítica da literatura". Dissertação de Mestrado, ISPA. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8013/1/6805.pdf>

- Reis, F.P., Amaro, Rita, Silva, F.M., Pinto, S.V., Barroca, I., Sá, T. Carvalho, R.F., Cartaxo, T. & Boavida, J. (2021). "Impacto do Confinamento em Crianças e Adolescentes". Acta Med Port 2021 Apr;34(3):245-246 Disponível em: <https://doi.org/10.20344/amp.15854>

Este trabalho, iniciado em fevereiro de 2022, permitiu, no ano, a realização de 961 sessões de apoio direto a crianças abrangidas pela intervenção, bem assim, a realização de 160 reuniões com as respetivas famílias e 100 outras com os profissionais dos equipamentos educativos que as acompanham. Para além deste trabalho foram realizadas ainda 40 sessões de avaliação-diagnóstica. O gráfico seguinte espelha os locais onde foram realizadas pela equipa técnica da Fundação estas avaliações.

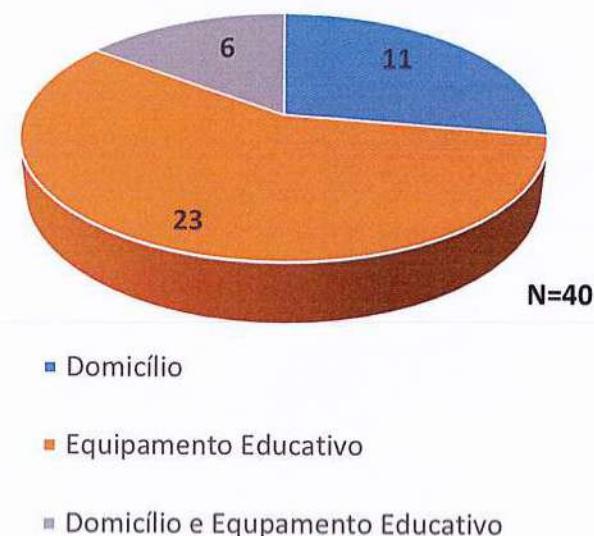


GRÁFICO Nº 5 – Local onde foi realizada a avaliação diagnóstica pontual

18 O Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P./Centro Distrital de Lisboa foi celebrado em 16 de dezembro de 2021, com vigência a partir de 1 de dezembro de 2021, por um período de 2 anos, tendo sido homologado pela Secretária de Estado da Ação Social em 8 de março de 2022.

Importa referir que a Intervenção Precoce na Infância destina-se a crianças entre os 0 e os 6 anos, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam o desenvolvimento individual, social e a participação nas atividades adequadas à sua idade, ou com risco de atraso grave de desenvolvimento. No âmbito do SNIPI é promovido um apoio integrado, centrado na família e na criança, mediante ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social, intervindo-se nos contextos de desenvolvimento natural das crianças (domicílio, creches, jardins de infância, entre outros).

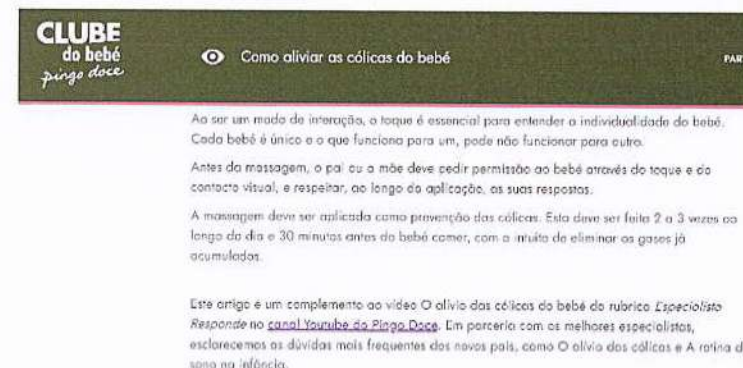
A Fundação assegurou a intervenção de 2022 neste contexto com uma Terapeuta da Fala, uma especialista em Reabilitação Psicomotora, uma Psicóloga (a meio tempo) e uma Assistente Social (a meio tempo). Além dos indicadores de atividade anteriormente apresentados estas técnicas, em representação da Fundação, asseguraram a realização de 18 reuniões com a ELI Norte, levando a atuação desta instituição até aos locais onde estas crianças se encontram.

Como notas finais sobre a atividade de saúde realizada no ano de 2022 importa ainda destacar:

- i) a celebração do Protocolo com a Administração Regional de Saúde de Lisboa para o Centro de Vacinação;
- ii) a manutenção de respostas criadas no âmbito da pandemia e que tornam mais acessíveis os cuidados de Saúde, a saber a possibilidade de realização de consultas em regime de teleconsulta e a promoção de *workshops* em regime de *webinar*;

- iii) a produção de conteúdos em *flyer* e em vídeo (alguns dos quais estão a ser exibidos no âmbito do Clube do Bébê do Pingo Doce- empresa com quem também foi celebrado para o efeito um protocolo no ano, tendo em vista uma maior disseminação destes conteúdos). Entre estes destacam-se os seguintes temas:

- Parentalidade, o que muda a dinâmica do casal?
- A rotina do Sono do bebé
- Como aliviar as Cólicas do bebé
- O treino do Bacio



Em suma, a Fundação em 2022 registou na sua atividade progressos nas várias dimensões previstas no Plano Estratégico: mantendo-se viva como promotora de uma comunidade de demonstração de saúde infantil e prevenção; inovando; partilhando e disseminando conhecimento e influenciando.

Por fim, importa referir que os serviços de Saúde da Fundação foram destacados como exemplo de Boa Prática num dos Papers Temáticos produzido pela EUROCHILD, a International Step by Step Association e a European Public Health Alliance, apresentados no Parlamento Europeu em 29/11/2022, sob o tema *"Putting early childhood at the heart of the European Child Guarantee"*¹⁹.

A Fundação é designadamente destacada como Boa Prática no paper que enfatiza a importância do acompanhamento da gestação e da preparação para a parentalidade. no processo do desenvolvimento humano – *"Ensure Universal access to maternal healthcare in the European Union"*.

¹⁹ Tratou-se de uma reunião presidida por Dragos Pîslaru – Presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais -, em que estiveram presentes vários eurodeputados, os coordenadores nacionais dos dez países participantes da Campanha First Years First Priority e os coordenadores

européus da campanha, e que foi transmitido em direto através da plataforma Webex. Foram apresentados os 3 Papers produzidos pela campanha europeia e expostos os posters com informação sumária das 10 campanhas nacionais.



GOOD PRACTICES TO HIGHLIGHT FROM VARIOUS COUNTRIES

- Awareness raising on maternal mental health such as the global campaign “World Maternal Mental Health Day” in May 2021.²⁷
 - Actions directed at closing barriers to maternal health for migrants, such as: training and communication programmes in order to improve the intercultural competence of hospital staff in Austria and Portugal,²⁸ and Finland²⁹; focusing on information provision in Germany; programmes increasing migrant mothers’ health literacy in Italy. Malta, Greece, Croatia and Slovenia have launched similar programmes, and available material is translated for migrants and then distributed at refugee centres and health access points.³⁰
 - Use of anonymised health insurance vouchers, such as in the Federal State of Berlin, entitling undocumented migrants to assistance which they can use without being reported.³¹
 - Civil society solidarity programmes such as Maison de Tom Pouce in France, providing medical care, assistance and monitoring, and language and maternity lessons to vulnerable women; Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso in Portugal uses an Integrated Health Monitoring Model, providing universal access to maternal healthcare; the We Care Project in Bulgaria which managed to advocate for maternal healthcare, resulting in the reform of Ordinance 26 to include 4 medical check-ups and 2 hospitalisations for uninsured mothers.
- Good practices like this would be even more impactful if they received **structural support from national governments**.

1.3. A URGÊNCIA DE APOIAR AS CRIANÇAS E JOVENS QUE PASSAM POR INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

Em Portugal existem (segundo dados de 2021) mais de 6.350⁽²⁰⁾ crianças em situação de acolhimento. Em 2014, a FNSBS iniciou um apoio de vigilância de saúde e de estimulação do desenvolvimento a crianças acolhidas temporariamente (para definição do respetivo projeto de vida, uma vez retiradas às famílias de origem por decisão judicial) em três casas de acolhimento institucional da CrescerSer – Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família. Referimo-nos às Casas da Encosta (Carcavelos), do Parque (Outurela) e do Infantado (Loures), com capacidade para acolherem em simultâneo até 34 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos e com um tempo médio de permanência nas Casas de cerca de 18 meses.

Desde essa altura (2014), várias foram as solicitações por parte de outras instituições para que as crianças/jovens que acolhem beneficiassem também dessa vigilância de saúde, tendo a Fundação acedido a todos os pedidos. Assim, no ano de 2022, são 20 os centros de acolhimento/lares de infância e juventude englobados neste projeto, a saber:

- Casa do Parque
- Casa da Encosta
- Casa do Infantado
- Casa do Gil
- Lar de Adolfo Coelho
- Lar Especializado Entre Mundos
- Casa da Luz
- Casa Maria Droste
- Casa de Transição Feminina
- Casa de Transição Masculina
- Casa Mello
- Casa Mardel Correia
- Casa Bech Gaard
- Casa PT
- Lar de S. Marçal
- Casa de Acolhimento António do Couto
- Casa de Acolhimento Martins Correia
- CED Aurélio Costa Ferreira
- Centro de Alojamento Temporário de Tercena
- Casa de Santo António

20 Instituto da Segurança Social, I.P. (2022). *Casa 2021 – Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*, p.16.

Além das crianças/jovens acolhidas em 2022 nestas instituições (143), a Fundação apoia a vigilância de saúde de outras (15) que estão em famílias de acolhimento, bem como as que, após institucionalização, estão em processo de adoção ou de regresso à família de origem (estas no seu período de transição). Assim, esta linha de atividade abrangeu, no ano, 158 crianças/jovens.

As crianças/jovens institucionalizadas distribuem-se da seguinte forma pelos 20 centros de acolhimento:

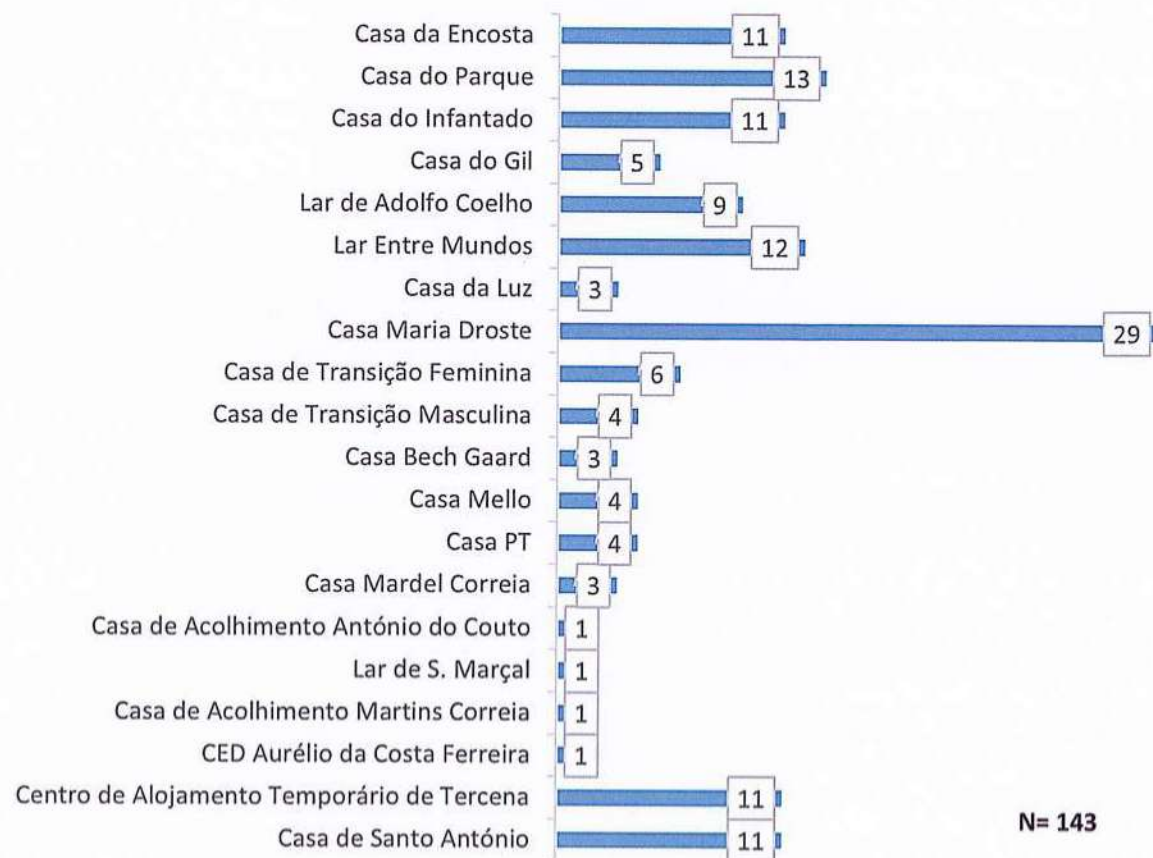


GRÁFICO Nº 6 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa de Acolhimento

E sendo o perfil etário de cada uma das Casas de Acolhimento muito distinto (ver gráfico nº 7) são também diversos os desafios que se colocam:

- i) ao nível da articulação e trabalho colaborativo com os respetivos profissionais;
- ii) ao nível da evolução da intervenção de saúde, especialmente com as instituições de acolhimento com forte presença de adolescentes e jovens.

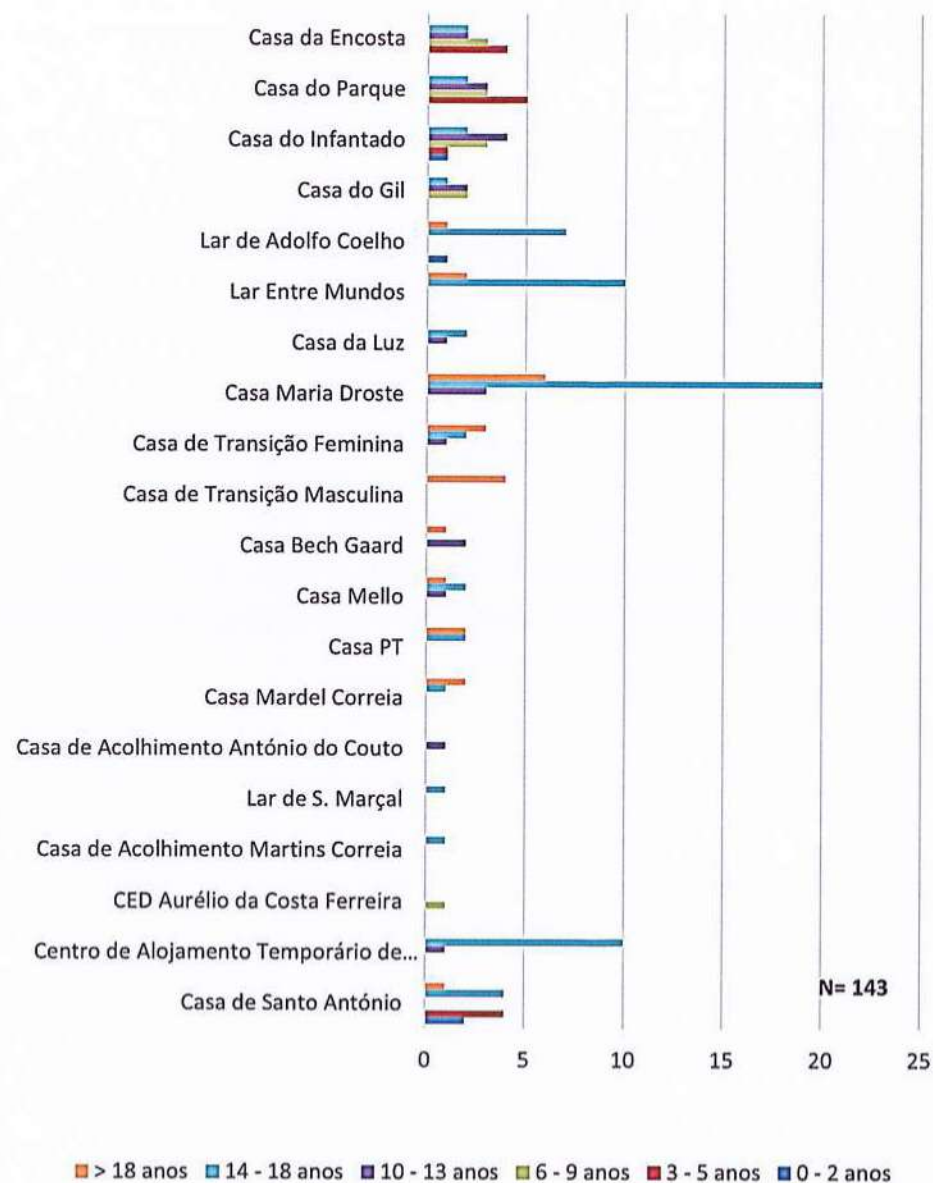


GRÁFICO Nº 7 – Distribuição das Crianças/Jovens por Casa e Grupo Etário

Do total de 158 crianças/jovens é de salientar que:

- 2 beneficiam dos serviços da Fundação pelo 9º ano consecutivo;
- 12 iniciaram a sua vigilância de saúde há 6 anos na Fundação;
- 14 vêm há Fundação pelo 5º ano consecutivo;
- 30 frequentam os nossos serviços há 4 anos;
- 19 vêm à Fundação pelo 3º ano consecutivo;
- 21 vêm há 2 anos aos nossos serviços;
- 60 iniciaram a vigilância na Fundação ao longo de 2022.

Quanto à distribuição etária das crianças e jovens beneficiários constata-se que:

- 7,0% tem entre 0 e 3 anos de idade;
- 8,2% tem entre 4 e 6 anos;
- 14,5% tem entre 7 e 11 anos;
- 41,8% tem entre 12 e 17 anos;
- 28,5% tem mais de 18 anos.

Das 1.049 consultas realizadas no ano de 2022 por estas 158 crianças e jovens:

- 38,0% foram de Psicologia (confirmando as necessidades de terapia e de reforço da sua resiliência, face aos acontecimentos adversos de que foram vítimas na infância);
- 24,9% foram de Higiene Oral e Medicina Dentária/Ortodôncia;
- 18,6% foram de terapia da fala;
- 4,9% foram de Saúde Infantil;
- 4,4% foram de Saúde da Visão.

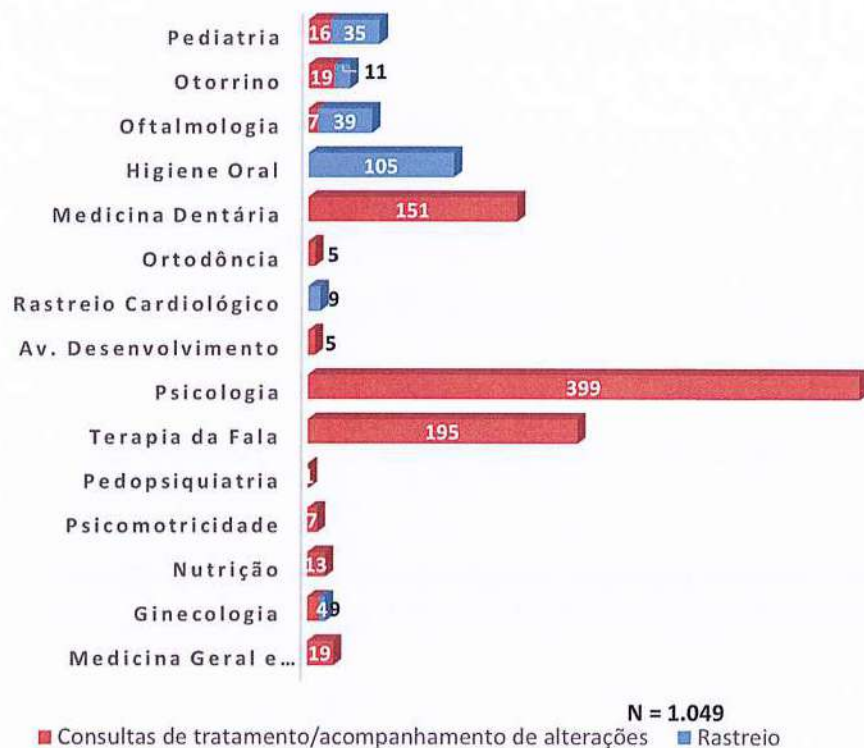
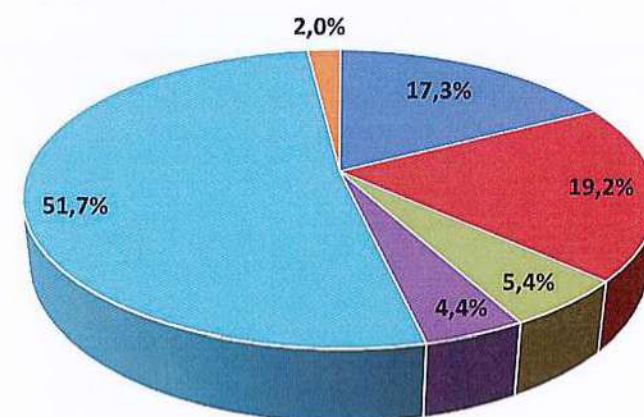


GRÁFICO Nº 8 – Distribuição das Consultas a Crianças/Jovens em Situação de Acolhimento, por Especialidade e Tipo de Consulta

Por seu turno é de assinalar ainda que 19,4% do total de consultas realizadas foi de rastreio.

A distribuição percentual dos rastreios realizados regista como diferenças face ao padrão geral de vigilância da Fundação:

- Um maior peso relativo dos rastreios de saúde oral, representando estes, no caso presente, cerca de 51,7% do total de rastreios realizado;
- Também um maior peso dos rastreios de saúde da visão, que aqui representam 19,2%;
- Uma maior representação relativa dos rastreios cardiológicos – aqui de 4,4%;
- Um menor peso relativo, face ao padrão geral, dos rastreios de saúde infantil aqui representando 17,3%.



- Saúde infantil ■ Saúde da visão ■ Saúde da audição
- Rastreio cardiológico ■ Higiene oral ■ Ginecologia

GRÁFICO Nº 9 – Distribuição das Consultas de Rastreio por Programas de Saúde (padrão das Crianças em Situação de Acolhimento)

- Desde o início do projeto tem sido crescente o número de instituições de acolhimento que solicitam o apoio da Fundação, bem como o número de crianças beneficiárias;
- Contando com o cofinanciamento do JB Fernandes Memorial Trust I (no período 2014-2016), da Fundação Montepio (de 2015 a 2018 e em 2020), da *Target Value* (desde 2016), da *The Navigator Company* (de 2017 a 2021) e da Semapa (em 2022) tem sido possível assegurar um apoio continuado crianças e jovens em situação de acolhimento institucional;
- A procura de apoio por parte das instituições de acolhimento de adolescentes tem-se concentrado nas áreas em que o acesso às especialidades no âmbito do SNS é tendencialmente inexistente – Psicologia, Medicina Dentária e Oftalmologia. Idêntica tendência se verifica nas instituições de acolhimento de crianças, representando a proporção de consultas de Saúde Infantil e Avaliação de Desenvolvimento neste grupo de instituições 5,3% do total realizado. Recorde-se a este propósito que o acesso a Pediatria nos Centros de Saúde do SNS é em regra inexistente e que a lista de espera nos hospitais para Avaliação de Desenvolvimento motiva tempos de espera não compatíveis com uma intervenção adequada em tempo, de apoio e estímulo ao desenvolvimento infantil;

- Dado o grau de necessidade destas crianças, a procura de apoio em intervenções de saúde por parte das respetivas instituições de acolhimento, incide maioritariamente sobre situações de doença ou de necessidade de intervenção terapêutica, representando os rastreios realizados menos de 1/5 do total das consultas.

Entre os desafios de desenvolvimento que se colocam com premência no âmbito do projeto contam-se:

- i) o estreitar do trabalho colaborativo com os profissionais das instituições de acolhimento e com as famílias de destino, reforçando competências e meios de promoção do bem-estar futuro destas crianças e o seu desenvolvimento integral como pessoas e cidadãos;
- ii) o reforço de meios terapêuticos, nomeadamente na área de arteterapia, dada a necessidade e proporção que representa a área de psicologia e de pedopsiquiatria, visando conferir maior eficácia à intervenção;
- iii) adequar a oferta disponível nomeadamente na área de saúde sexual e reprodutiva, tendo presente o crescente número de jovens e adolescentes.

2. UMA CULTURA DE VALOR PARTILHADO E DE ORGANIZAÇÃO APRENDENTE

A Fundação assume uma cultura de Criação de Valor Partilhado e de Organização Aprendente, envolvendo na sua estratégia de atuação todos os *stakeholders*, potenciando a capacidade de promover pessoas, famílias, comunidades e uma sociedade mais saudáveis.

1) Traduzindo um compromisso com a aprendizagem, o desenvolvimento, os parceiros e a comunidade:

O acolhimento e orientação, na Fundação, em estágio de:

- um aluno finalista de psicologia clínica, do ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida;
- quatro alunos do 4º. ano de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias e uma aluna de Curso Superior de Enfermagem, de nacionalidade italiana, em ERASMUS;
- duas estudantes de 3ª ano da licenciatura de Reabilitação Psicomotora da Faculdade de Motricidade Humana.

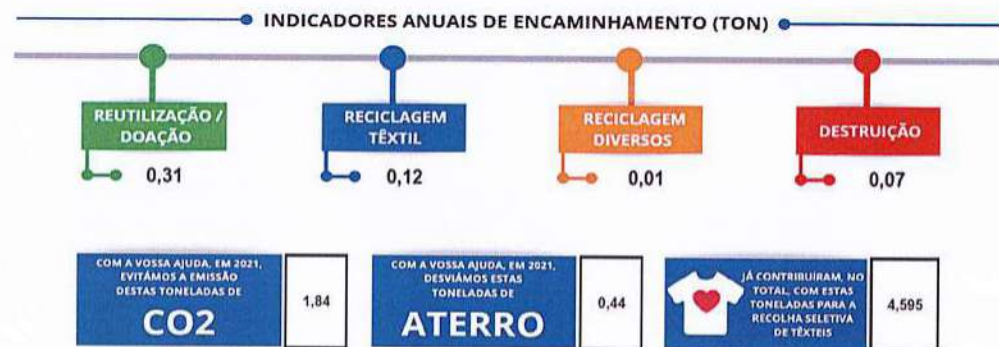
A realização de uma sessão formativa de apresentação do modelo, percurso e abordagem de saúde da Fundação, a oito alunos de 1º ano da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL).

A participação ativa na Feira de Saúde de Belém (com uma equipa de profissionais) e a promoção de quatro workshops de formação parental, abertos à comunidade, e realizados no ano sobre as temáticas: “Sustos e riscos”, “Massagem infantil” e

“Chegou! E agora nós? (deste último duas sessões)” completam o conjunto de iniciativas que traduzem este compromisso.

2) Traduzindo uma cultura de respeito pelos fornecedores, a renovação do selo de Compromisso Pagamento Pontual, emitido pela ACEGE (em parceria com o IAPMEI).

3) Traduzindo uma cultura de responsabilidade social e ambiental, a parceria com a H Sarah Trading, materializada na recolha no ano de 510Kg de têxteis, permitindo, assim, o desvio de aterro de cerca de meia tonelada de resíduos têxteis, evitando-se a emissão de 1,8 toneladas de emissões de dióxido de carbono. No âmbito desta parceria já foi efetuada nos últimos anos a recolha seletiva de cerca de 5 toneladas de têxteis, permitindo em grande parte a sua reutilização e reciclagem.



4) **Mobilizando e envolvendo outros nas suas ações de maior impacto social**, superando lacunas muito críticas presentes na atualidade da sociedade portuguesa.

4.1. Entre estas destacam-se:

4.1.1. a linha de serviço dirigida às crianças em instituições de acolhimento já abordada no ponto 1.3. do presente relatório.

Importando, no ano de 2022, o custo global de €57.795, cofinanciaram parcialmente esta linha de serviço: i) a Semapa (€40.000); ii) a Target Value (€2.163) e iii) várias pessoas que optaram por consignar o seu IRS/IVA à Fundação (€12.299,95):

- A Semapa, apoiou 69,21% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado por inteiro os serviços prestados às Casas do Parque, do Infantado, da Encosta, de Transição Feminina, de Transição Masculina, Mello, Mardel Correia, Bech Gaard, PT, de Santo António, ao Lar de S. Marçal, às Casas de Acolhimento António do Couto e Martins Correia, ao CED Aurélio Costa Ferreira e ao Centro de Acolhimento Temporário de Tercena, bem como cerca de 61% dos serviços de que as crianças da Casa Maria Droste beneficiaram e de 25,3% dos serviços prestados a crianças no seu período de transição (em famílias de acolhimento, em processo de adoção ou de retorno à família de origem);

- A Target Value, apoiou 3,74% da totalidade do serviço prestado, tendo cofinanciado em 45,8% as crianças acolhidas pela Fundação Vitor Reis Morais (nomeadamente dos Lares de Adolfo Coelho e Especializado Entre Mundos e da Casa da Luz);
- Com a consignação de IRS/IVA efetuada por particulares à Fundação foi possível custear 21,28% do total do serviço, nomeadamente, a totalidade do serviço prestado à Casa do Gil, bem como 53,4% do serviço prestado às crianças/jovens acolhidos pela Fundação Vitor Reis Morais e 38,9% dos serviços prestados à Casa Maria Droste.

4.1.2. a linha de serviço dirigida às crianças e famílias em situação de maior vulnerabilidade/pobreza. Com um custo de serviços prestados no ano de 2022 valorizado em meio milhão de euros, a Fundação recebeu um apoio consignado pela SEMAPA a este fim, no montante de €25.000.

4.2. Mas importa também referir neste contexto a campanha **Primeiros Anos a Nossa Prioridade** que, para além do esforço conjunto de concretização de um plano arrojado de ações protagonizadas por mais de 30 parceiros de coligação, contou com apoios nacionais (20.000€ da SEMAPA, dos quais 9.156,40€ concretizados no ano) e internacionais (9.000€ da EUROCHILD, dos quais 7.773,30€ concretizados no ano). Os montantes remanescentes, bem

como o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, que beneficiará também a campanha e que está valorizado em 2.500€, serão utilizados apenas no ano de 2023.

5) **Estabelecendo um compromisso de cooperação com o Estado no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)**

Dadas as lacunas da sociedade portuguesa no âmbito da Intervenção Precoce na Infância, apesar da existência de um Sistema Nacional²¹ plurisectorial, paradigmático e inspirador, ao cabo de 2021, a Fundação assumiu um Acordo de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, I.P., para dois anos, tendo a respetiva concretização sido iniciada em fevereiro de 2022. Com este Acordo é expectável que a capacidade de resposta do SNIPI na zona norte da cidade de Lisboa, aumente de 52% para 74%. Como contrapartida do trabalho desenvolvido pela equipa técnica da Fundação afeta a esta linha de atividade (uma terapeuta da fala, uma técnica de reabilitação psicomotora, uma psicóloga e uma assistente social – as últimas duas apenas a meio tempo, como já referido anteriormente) o ISS, I.P. atribuiu subsídios à Fundação no montante total de 139.372,85€.

21 O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância - SNIPI integra um conjunto organizado de serviços da responsabilidade dos Ministérios da Saúde, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Educação e tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância, que pode ser definida como um conjunto de medidas de apoio da área



- In Portugal, the National System of Early Intervention is available to all children, aged 0–6, and targets children with disabilities or developmental delays, or who are at risk – many of them from vulnerable backgrounds. It works through local intervention multidisciplinary teams and aims to give social, educational and health support to children, their families and other caregivers. The approach is tailored according to need, in a cooperative approach. It is a multi-sectoral approach, coordinated across the Ministry of Health, the Ministry of Education and the Ministry of Labour, Solidarity and Social Security at the national level.

social, da educação e da saúde, para crianças entre os 0 e os 6 anos e suas famílias, que são disponibilizadas para: i) Melhorar as oportunidades de aprendizagem da criança; ii) Fortalecer as competências dos cuidadores; iii) Promover os recursos das famílias e da comunidade. Mais informação em <https://snipi.gov.pt/>

Enquanto Organização Aprendente a Fundação destaca no ano o investimento efetuado no desenvolvimento dos seus sistemas de informação, especialmente ao nível do *back-office* e a transição dos softwares pré-existentes para Medicine One, ao nível da prescrição de medicamentos, análises e outros meios complementares de diagnóstico, bem como da estatística da atividade de saúde.

No que respeita ao *back-office* foi ampliado o universo do software Primavera com a aquisição nomeadamente de módulos de Ativos, Tesouraria, RH e Aprovisionamentos, permitindo também os dois últimos investimentos referidos a substituição de outros softwares pré-existentes. Deste conjunto de investimentos, que envolveu a formação de cerca de metade dos colaboradores da Fundação, resultou uma maior integração dos sistemas e uma revisão de processos, com o consequente ganho de maior nível de automatização e libertação de tempo para tarefas de maior valor acrescentado.

Estas ações e investimentos têm, pois, um contributo direto para o objetivo estratégico de melhoria da eficiência organizacional.

O impacto das realizações do ano de 2022, no conjunto dos objetivos estratégicos deste Plano cuja finalidade é a de “Dinamizar na sociedade portuguesa um ecossistema de sociedade saudável e sustentável, preservando a sustentabilidade organizacional”, encontra-se devidamente sinalizado a verde no Mapa Estratégico (ver figura seguinte).

“Dinamizar na sociedade portuguesa um ecossistema de sociedade saudável e sustentável, preservando a sustentabilidade organizacional”

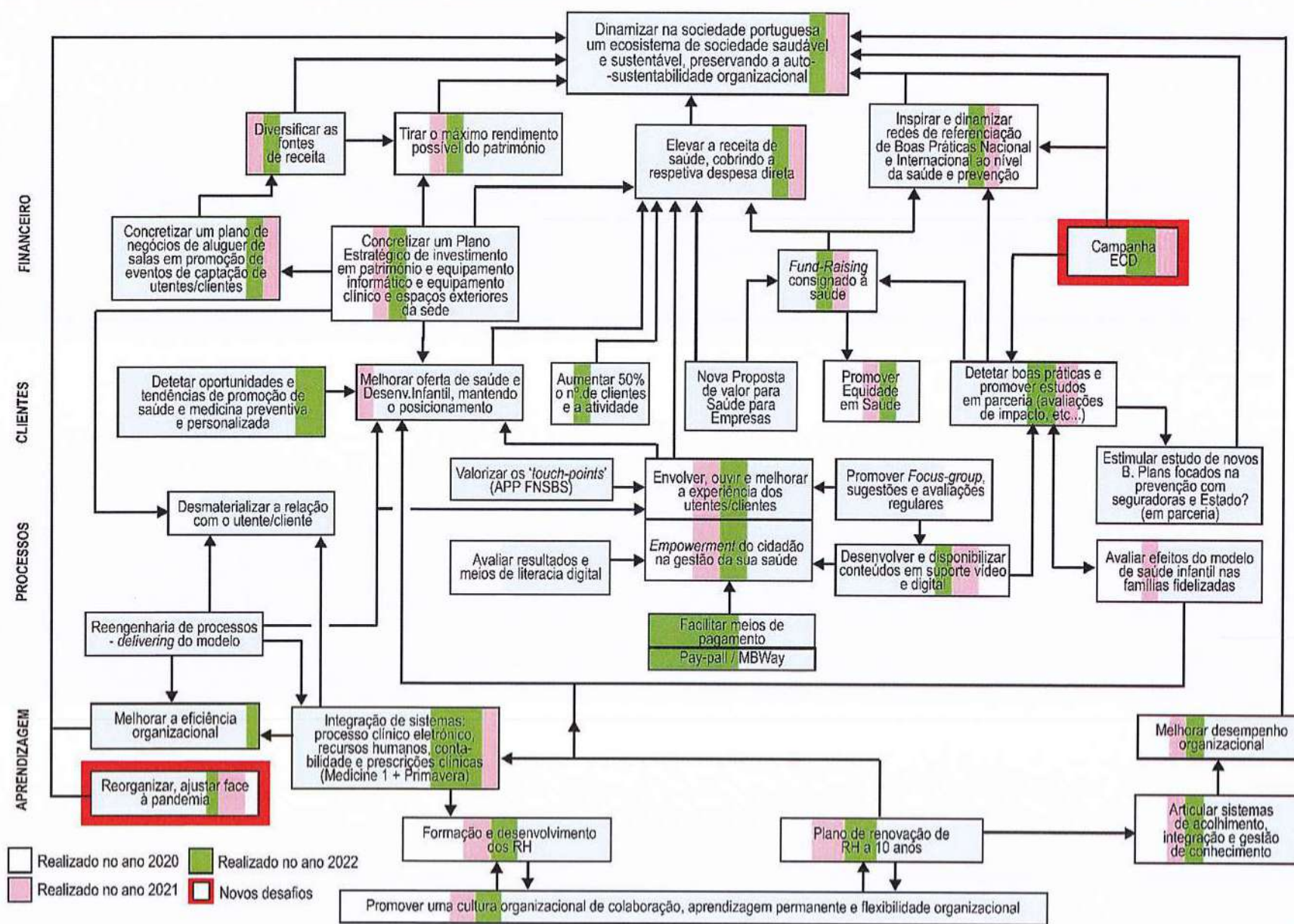
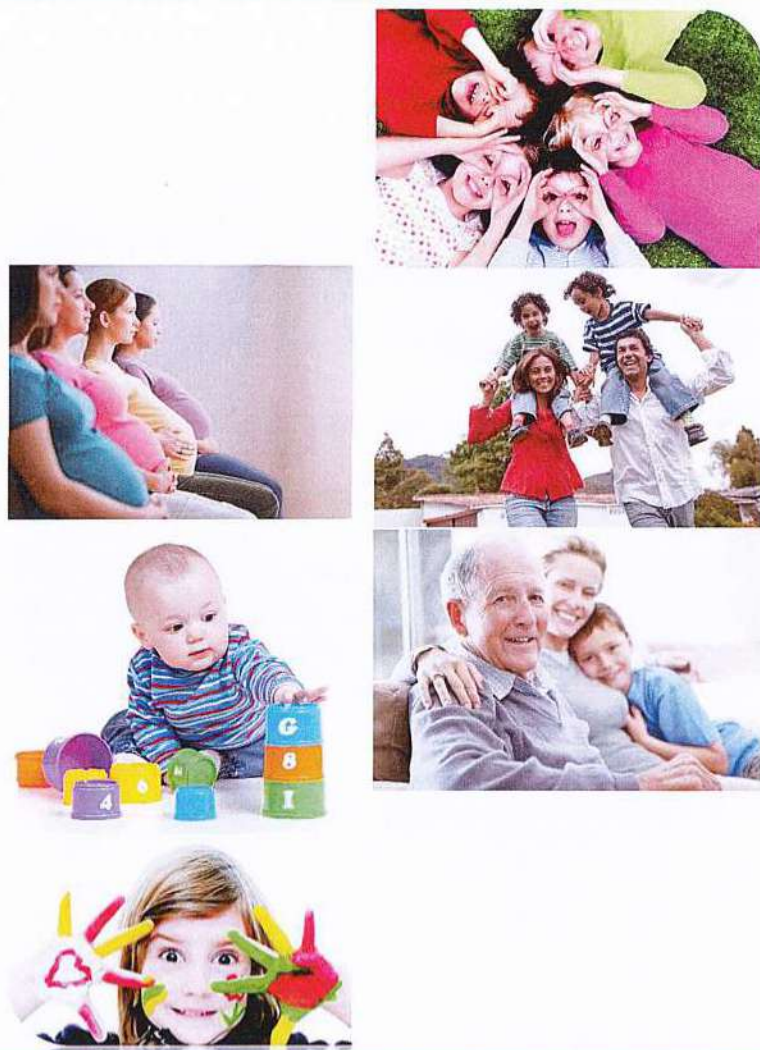


Figura 6 – Mapa Estratégico – 2020 - 2025



III – Situação Económica e Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

1. A ENVOLVENTE E A FUNDAÇÃO – A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE MACROECONÓMICO

Segundo os dados disponíveis no INE, em 2022, o PIB registou um crescimento de 6,7% em volume, o mais elevado desde 1987, após a diminuição histórica de 8,3% em 2020, refletindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na atividade económica nesse ano.²²

Em termos nominais, o PIB aumentou 11,5% em 2022, atingindo cerca de 239 mil milhões de euros.

A procura interna contribuiu positivamente para esta variação positiva do PIB. Com uma taxa de variação homóloga de 4,5% em 2022 (apesar de inferior à do ano anterior- de 5,6 %), em 2022, o seu contributo para a variação anual do PIB é de 4.7 p.p., enquanto em 2021 foi de 5,8 p.p. (e em 2020 foi negativa).



CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – 4º trimestre de 2022 e ano 2022

GRÁFICO Nº 10 – Produto Interno Bruto e Procura Interna (volume)- 1972-2022
Taxa de variação anual, %

²²Fonte: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUEdest_boui=539377067&DESTAQUEstema=00&DESTAQUESmodo=2 (acedido em 28 de fevereiro de 2023)

Este facto decorre do efeito conjugado da aceleração do consumo privado e de um abrandamento do investimento.

	2018	2019	2020	2021	2022
	Taxa de variação anual (%)				
Procura Interna	3,2	3,1	-5,4	5,6	4,5
Consumo Privado ¹	2,6	3,3	-7,0	4,7	5,7
Consumo Público ²	0,6	2,1	0,3	4,6	2,4
Investimento	7,8	3,3	-4,7	10,1	2,7

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

QUADRO I - Componentes da procura interna (volume)- 2018-2022
Taxa de variação anual, %

Por seu turno, a procura externa líquida contribuiu positivamente (pela aceleração em volume das exportações a par de uma desaceleração das importações) ao invés do sucedido em 2021.

	2018	2019	2020	2021	2022
	Taxa de variação anual (%)				
Procura Interna	3,2	3,1	-5,4	5,6	4,5
Exportações (FOB)	4,1	4,1	-18,6	13,4	16,7
Importações (FOB)	5,0	4,9	-11,8	13,2	11,0
PIB	2,8	2,7	-8,3	5,5	6,7
	Contributos para a taxa de variação do PIB (p.p.)				
Procura Interna	3,1	3,0	-5,3	5,8	4,7
Procura Externa Líquida ¹	-0,3	-0,3	-3,0	-0,3	2,1

¹ - Procura Externa Líquida (Exportações líquidas de Importações)

- Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados.

- 2018 a 2020: dados definitivos; 2021: dados provisórios; 2022: dados preliminares.

QUADRO II - Composição da variação em volume do PIB - 2018-2022
Taxa de variação anual, %

No último trimestre do ano 2022, contudo, registou-se a desaceleração do consumo privado e do investimento e o contributo da procura externa também diminuiu (tendo as exportações desacelerado mais do que as importações). Destes factos decorre a redução da taxa de variação homóloga do PIB que, tendo atingido os 11,9% no 1º trimestre de 2022, se cifra em apenas 3,2% no 4º trimestre do ano.

	3ºT 21	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22
	Taxa de variação homóloga (%)					
Procura Interna	5,2	5,5	9,5	3,9	3,1	1,9
Exportações (FOB)	12,2	16,3	18,8	25,2	16,3	8,1
Importações (FOB)	12,2	12,9	12,8	15,2	11,7	4,9
PIB	5,0	6,6	11,9	7,4	4,8	3,2
	Contributos para a variação homóloga do PIB (p.p.)					
Procura Interna	5,3	5,6	9,8	4,1	3,2	1,9
Procura Externa Líquida ¹	-0,3	1,0	2,1	3,3	1,6	1,3

¹ - Exportações líquidas de Importações

- Eventuais diferenças resultam da não aditividade dos dados encadeados em volume e dos arredondamentos efetuados.

QUADRO III - Composição da variação em volume do PIB (por trimestre)
Taxa de variação homóloga, %

E, em termos reais, o consumo privado (que inclui as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias) desacelerou para uma variação homóloga de 2,7% (sendo que, no primeiro trimestre do ano, esta foi de 11,6%).

	3ºT 21	4ºT 21	1ºT 22	2ºT 22	3ºT 22	4ºT 22
	Taxa de variação homóloga (%)					
Procura Interna	5,2	5,5	9,5	3,9	3,1	1,9
Consumo Privado ¹	4,0	5,5	11,6	4,6	4,3	2,7
Consumo Público ²	4,3	2,7	5,4	1,7	0,5	2,0
Investimento	10,2	8,1	6,9	3,9	1,6	-1,2

¹ - Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes e das ISFLSF

² - Despesas de Consumo Final das Administrações Públicas

QUADRO IV - Componentes da procura interna (por trimestre)
Taxa de variação homóloga, %

Um contexto mais favorável do que o vivido no ano anterior, não obstante a persistência da situação pandémica e a eclosão de novos fatores perturbadores a nível global, tornou possível manter uma situação de equilíbrio económico da Fundação, sem disrupção da continuidade da atividade e registando-se até um crescimento moderado da mesma. Apesar das pressões inflacionistas fortemente sentidas no ano, nomeadamente as em torno dos bens energéticos, foi possível à Fundação realizar os investimentos significativos a que se tinha proposto e apresentar resultados, operacional e líquido, melhores do que os orçamentados.

No entanto, a imprevisibilidade e volatilidade presentes na envolvente (que admite cenários, de recessão a curto prazo e de crise de custo de vida) motiva medidas intervencionistas por parte do Estado (nomeadamente de congelamento /condicionamento de

rendas no mercado de arrendamento de imóveis), as quais podem afetar a fonte de rendimento principal da Fundação. Por seu turno, a degradação do poder de compra das famílias pode motivar o crescimento desequilibrado da procura dos serviços de saúde por parte de população em situação de dificuldade económica. E estas são as ameaças que, se duradouras, podem fazer perigar a manutenção do respetivo equilíbrio económico-financeiro, a prazo.

2. A EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

2.1 ENQUADRAMENTO

No período do Plano Estratégico- 2012 a 2019 a Fundação visou a recuperação da sua autossustentabilidade, após ter consumido na década anterior a totalidade das suas reservas financeiras, fruto de uma sucessão de resultados líquidos negativos e de uma crise global.

Destacam-se como principais medidas tomadas e concretizadas no âmbito desse Plano, as seguintes:

- 1º. A criação de condições para a revitalização das receitas diretamente provenientes da atividade de saúde, tendo-se conseguido até 2019 a duplicação da receita;
- 2º. O envolvimento e comprometimento de novos *stakeholders* (individuais e institucionais, públicos e privados) no suporte dessa atividade;
- 3º. O assegurar dos investimentos estritamente necessários à modernização da atividade, à qualificação administrativa e à competitividade do património de rendimento;
- 4º. Uma redução global de custos de estrutura por via de racionalização de recursos humanos e ganhos de eficiência que atingiu, no termo de 2018, os 400 mil Euros.

De notar a especial importância das medidas associadas à recuperação do rendimento de rendas provenientes do edifício Amoreiras 19, que até 2011 representou 90% das receitas operacionais da Fundação e que, no período da crise económico-financeira global, caiu abruptamente, nunca representando no período 2012-2016 mais do que 46% daquelas, elevando-se, no período 2016-2019, para o patamar dos 58%-65%.

Em resultado deste percurso a Fundação atingiu, no final de 2018, um ponto de equilíbrio económico-financeiro, fruto de um crescimento sustentado das suas receitas próprias e continuado (na saúde, desde 2012; no Amoreiras 19, desde 2015), a par da já referida redução dos custos de estrutura.

Digno de especial registo também o papel crucial que o apoio de mecenato representou em todo o período de recuperação. Superior a 50% das receitas operacionais no ano 2014 e tendencial e intencionalmente decrescente nos anos seguintes, este apoio atingiu uma proporção mínima orçamentada e real de 17% para o ano 2019.

Importa ainda referir que, para além de essencial, este apoio consolidou relações de longo prazo, permitindo criar valor económico a par de valor social, na medida em que viabiliza um modelo de saúde inclusivo e aberto a toda a sociedade, contribuindo cumplicemente, a Fundação e as entidades mecenas, para a prossecução de quatro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, a saber:

- Erradicação da Pobreza;
- Educação de Qualidade;
- Saúde de Qualidade;
- Igualdade de género.

A este propósito há que referir que o valor da prestação de serviços a utentes bonificados e isentos, atingiu já o montante de meio milhão de euros em 2021.

Constituindo um desiderato do Plano Estratégico 2020-2025 a preservação de uma dinâmica de autossustentabilidade organizacional, contando-se nesta com o **contributo do mecenato** (para um crescimento da atividade inclusivo, para a incorporação de tecnologia e para o estímulo e disseminação do conceito da promoção da saúde e do bem-estar infantil), os anos do Plano Estratégico 2020-2025 surgem alinhados com estes propósitos. E, a ser assim, quer no seu desenho quer na sua concretização, ao termo do período estratégico, as reservas financeiras, situadas na ordem dos 1,6 milhões de € (no final de 2019), manter-se-ão também preservadas como salvaguarda de perenidade institucional. Com efeito, é patente, na história recente da Fundação, a grande dependência da sua fonte de receita instrumental e principal -as rendas do prédio de rendimento- do equilíbrio da situação económica e financeira nacional. Esta situação recomenda, pois, gestão prudente e um nível de reservas próximo do montante do orçamento anual.

2.2. O ANO DE 2022

2.2.1. RESULTADO LÍQUIDO E RESULTADO OPERACIONAL

A Fundação apresentou no ano 2022 receitas totais no montante de 1 802 610,60€ e custos totais de 1 693 353,81 registando ambos os montantes acréscimos, face ao ano anterior, respetivamente, de 13,8 % e de 13,9%.

Em resultado da dinâmica das receitas e custos totais, a Fundação regista no ano de 2022, pelo nono ano consecutivo, um resultado líquido de exercício positivo, este no montante de 109 256,79 €, consolidando a rotura duradoura, com o ciclo de resultados negativos históricos verificados na década anterior e até 2013 (inclusive).

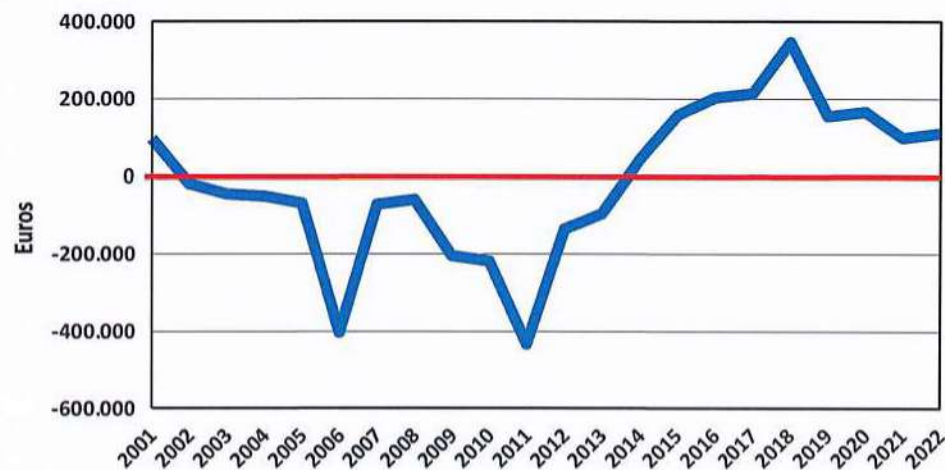


GRÁFICO Nº 11 – Resultados Líquidos (2001 – 2022)

O resultado operacional em 2022, antes de amortizações e juros, é de 180 823,29 € (por contraponto ao resultado correspondente orçamentado para o ano – de 89 169,00€).

Como objetivos económico-financeiros identificados no Plano e Orçamento 2022 destacavam-se:

- i) A elevação da receita proveniente da atividade dos serviços de saúde para um nível superior até aos aqui alcançados, inclusive superior à receita verificada em 2019 (pré-pandemia);
- ii) A manutenção da receita anual proveniente diretamente das rendas do Amoreiras 19, dado o estado tendencialmente cheio do edifício;
- iii) A concretização de um plano de investimentos, no montante global superior a 200 mil €, viabilizando intervenções importantes e reconhecidamente inadiáveis na sede da instituição.

Como adiante veremos, o ano de 2022, por força da situação da pandemia da COVID e da eclosão a 24 de fevereiro de uma guerra no seio da Europa (invasão da Ucrânia pela Rússia), viria a revelar-se, em continuidade com o período 2020-2021, ainda um ano atípico. Fortes restrições à mobilidade da população verificado ainda no primeiro

trimestre do ano, condicionantes à procura de saúde (nomeadamente ao nível do seu perfil) e as restrições de acesso a bens essenciais e energéticos, gerando uma espiral de inflação (aumentando o respetivo custo), marcaram o ano.

Não obstante e como consequência das medidas de gestão tomadas, os resultados e o nível de reservas financeiras foram preservados e ligeiramente aumentados.

A Evolução da Receita de Saúde

A retoma lenta de uma trajetória de crescimento da atividade (apesar das restrições à mobilidade da população verificadas ainda no decurso do primeiro trimestre do ano por força da COVID), permitiu que o nível de atividade dos serviços de saúde superasse a expressão que tinha já em 2019, registando, face a esse ano, um aumento de 5%. Este facto permitiu um crescimento, no ano de 2022, de 3,7%, da receita de saúde, ultrapassando mesmo a verificada em 2019 em 12%.

Confirmando-se, assim, uma tendência de crescimento paulatino, mas constante, da receita da saúde, constata-se também um crescimento adicional da receita proveniente de serviços especiais, de 6,4%. Estes últimos são, em regra, serviços muito especializados, assentes em recursos tecnológicos, que se tornaram possíveis como resultado do investimento tecnológico efetuado ao longo dos últimos anos nos serviços de saúde da Fundação. A receita proveniente da atividade de saúde atinge assim, no ano de 2022, o

seu montante máximo (cumprindo o objetivo traçado para o ano). Por seu turno, a receita gerada pelos serviços especiais (suprarreferidos) atinge uma proporção, face ao total da receita de saúde, de 19,7%.

Face a uma proporção da receita de saúde no total da receita operacional (que até 2012 nunca ultrapassou os 7%) que em 2019 se cifrava em 16,6%, no ano de 2022, esta receita atinge a proporção de 18,6%.

A Exploração do Património

Apesar das crises de contexto em presença foi possível observar um crescimento relativo das receitas provenientes do património da Fundação, mais 3,9% face ao ano anterior.

Foi registada no exercício uma receita proveniente de rendas no montante de 1,129 milhão de €, representando estas 63,2% do total de receitas operacionais.

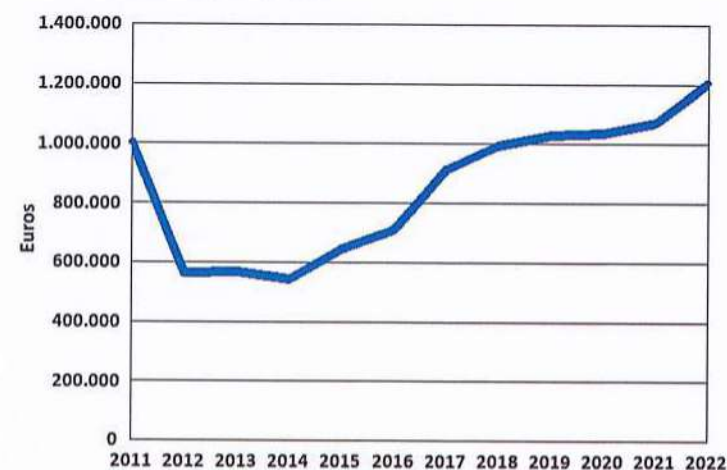


GRÁFICO Nº 12 – Rendas cobradas (2011 – 2022)

Os Donativos

Tendo sido pressuposto do orçamento 2022 obter um montante total de subsídios e donativos no montante de 168 mil € (correspondentes a 10,6% da receita operacional estimada), estes cifraram-se, no ano, no montante de 247,3 mil €, correspondendo a cerca de 13,8% da receita operacional observada.

Contribuiu no essencial para este resultado o Protocolo celebrado com o ISS no final de 2021 e que acolheu o contributo da Fundação no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce em 2022. O subsídio correspondente (no montante de 139,3 mil €) representou 56,3% do total de donativos/subsídios do ano, e, em consequência, 7,8% das receitas operacionais da Fundação.

Dignos de destaque ainda:

- i) os donativos consignados da SEMAPA, que representam cerca de 30% do total da rubrica de subsídios/donativos do ano;
- ii) o terceiro ano consecutivo de donativo da EUROCHILD, representando no ano 3,1% do total de donativos do ano;
- iii) as verbas provenientes da consignação de IRS e de IVA, que representaram no ano cerca de 5% do total de donativos/subsídios.
- iv) o reconhecimento do montante de 4 698,50€ de donativos da NAVIGATOR efetuados em anos anteriores e materializados em investimentos de equipamentos clínicos e cujo reconhecimento no exercício anual só é possível a par da respetiva depreciação.

No que respeita às verbas originárias da consignação, por parte de particulares, há a registar no ano e face ao ano anterior, um aumento de 12,3%.

A Estrutura da Receita

No ano de 2022 a receita operacional aumenta 13,1%, (um aumento na ordem do também verificado no total de receitas). Este crescimento deve-se ao efeito combinado dos crescimentos da receita da saúde e do Amoreiras 19 já anteriormente aludidos (na ordem dos 3,7%-3,9%), mas também e sobretudo ao aumento de 31% do montante anual na rubrica subsídios/donativos.

Como já referido, na estrutura da receita operacional e face ao ano anterior:

- i) a atividade de saúde retoma o peso relativo de 18,6%;
- ii) as receitas provenientes de rendas e de outros rendimentos e ganhos que não donativos/subsídios retomam uma expressão na ordem dos 67,5%;
- iii) e os donativos apresentam um ganho de proporção, elevando-se dos 12% verificados no último ano para 13,8%.

Digno de nota no ano o facto de o saldo das imparidades ser positivo, completando o remanescente da receita operacional.

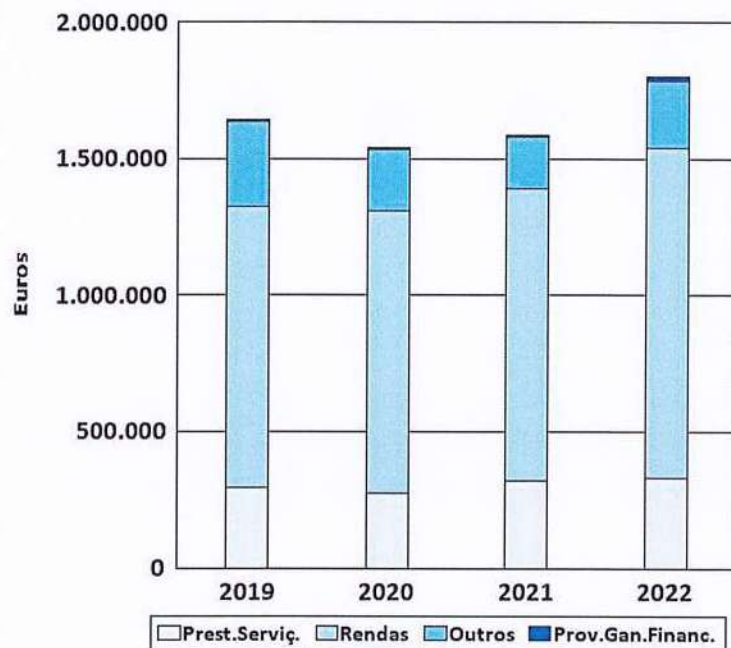


GRÁFICO Nº 13 – Estrutura da Receita Total (2019 – 2022)

A Estrutura dos Custos

Em 2022 é invertida a trajetória de redução do peso da rubrica depreciações nos custos totais, devido à realização no ano de um conjunto de investimentos significativos, nomeadamente: no reforço e manutenção das coberturas dos edifícios, na criação de

novos gabinetes médicos e nos sistemas de informação (de *back-office* e de suporte à atividade). Registrando um aumento de 3% de montante no ano, os custos com depreciações, mantêm, no entanto, uma representatividade na ordem dos 5% face aos custos totais (em 2019 representavam 7,3%, em 2020, 6,1%, em 2021, 5,7%). Esta aparente contradição (de crescimento do montante a par de uma descida do respetivo peso relativo) deve-se, como veremos, ao ganho de peso relativo de outras rubricas em consequência da pressão inflacionista sentida durante este ano.

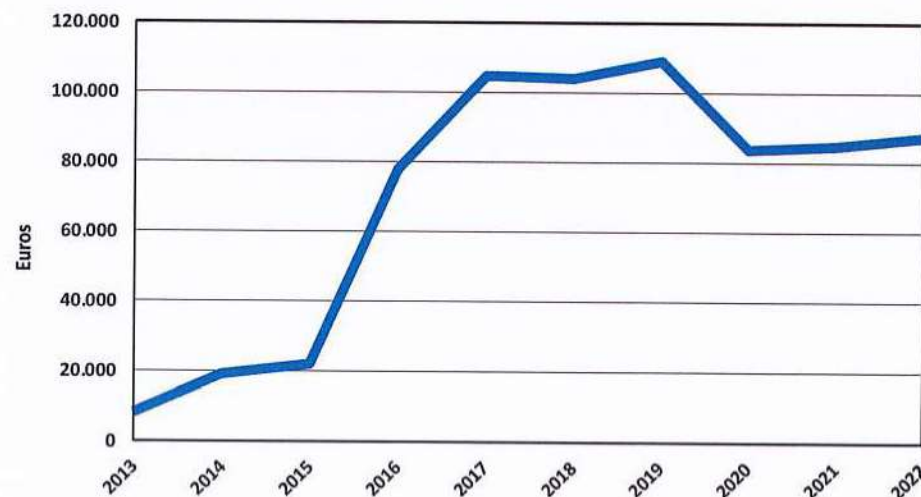


GRÁFICO Nº 14 – Evolução das Amortizações (2013 – 2022)

Face aos custos operacionais, constata-se que:

- A) o crescimento dos custos com: i) fornecimento de serviços externos (FSEs) e ii) outros (em regra, predominantemente custos de IVA associados a estes últimos) é, respetivamente de: 21% e 163%. Nestas rubricas, para além da pressão inflacionista já referida, impactam também, de modo indireto, o aumento progressivo do rendimento mínimo mensal garantido incorporado em diversos serviços contratados, a saber: vigilância, limpeza, entre outros.
- B) Apesar do crescimento da atividade de saúde, o custo com matérias consumidas e mercadorias reduziu no ano cerca de 22,5% (dado o controlo progressivo da pandemia da COVID e algum reajustamento dos níveis de proteção a esse facto);
- C) Apesar do receio com o aumento do montante inscrito em imparidades (pelos prejuízos reais e grande grau de incerteza futuros face à recuperação de montantes em rendas em atraso/mora) o saldo das imparidades, no ano, é positivo (como já se referiu anteriormente);
- D) Foi utilizado parcialmente no ano o montante disponível em Provisões, não tendo sido necessário constituir novas;
- E) Os gastos com Pessoal aumentaram 8,8% no ano, acompanhando o crescimento da atividade de saúde realizada em instalações próprias (próximo dos 3%) e constituindo uma equipa para atuação externa no âmbito do SNIPI (de 3 FTEs). Contribui ainda de modo parcial e

transitório para este aumento a necessidade de sobreposição temporária de recursos humanos em funções-chave, visando a substituição de efetivos no ano. Esta substituição concretizou-se, por motivos de reforma ou de doença prolongada dos cessantes, nomeadamente nas seguintes áreas: direção financeira, sistemas de informação e secretariado dos órgãos sociais.

Deste modo, na estrutura de custos totais, sofrem alterações inexpressivas os pesos relativos das rubricas de: i) M. Primas consumidas- na ordem do 1% (1,6% no ano anterior); ii) Fornecimentos e Serviços Externos- na ordem dos 33,7%; (no intervalo 29,97%-34% nos três anos anteriores e iii) Pessoal -52,6% (no intervalo 55%- 56,7% os dois anos anteriores).

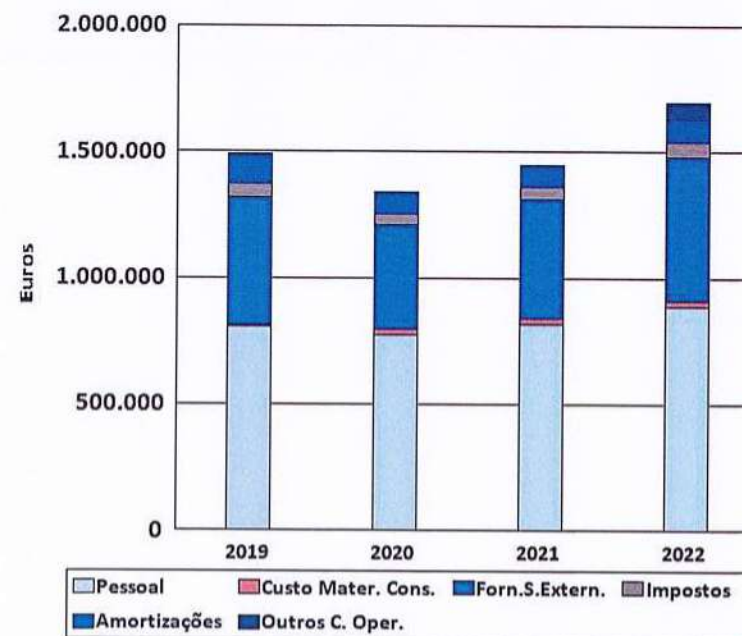


GRÁFICO Nº 15 – Evolução da Estrutura de Custos Totais (2019 – 2022)

De notar que a rubrica de Pessoal, continua a cumprir cabalmente o limite previsto na Lei-Quadro das Fundações²³ para as fundações privadas com estatuto de utilidade pública, cuja atividade consista predominantemente na prestação de serviços à comunidade e que é de 75% em função dos seus rendimentos anuais.

2.2.2. O BALANÇO

O Balanço apresentava, em 31 de dezembro de 2022, um total no Ativo da ordem dos 9, 263 milhões de euros – 7,126 milhões de euros no Ativo não corrente e 2,137 milhões de euros no Ativo corrente.

Comparativamente com o ano 2021, o ano de 2022 regista uma valorização do Ativo de 1,18% , devida no essencial ao aumento de 76 mil euros do ativo não corrente. No Ativo Corrente merece especial destaque o aumento de 59 mil € em “Caixa e Depósitos Bancários”. Com um aumento de 3%, este item é o que tem um contributo mais determinante em valor absoluto para o aumento de 1,57% registado no Ativo Corrente.

O montante do Total do Passivo – 501,4 mil €- aumenta, no ano e face ao do ano anterior, em 4 808,76€ (ou seja, em apenas 0,97%). Este aumento é integralmente devido ao aumento do Passivo Corrente (de 6%). Neste os aumentos mais expressivos encontram-se em Estado e Diferimentos (no qual se destacam as rendas antecipadas no montante total de 97,2 mil €).

No Passivo não corrente, não houve lugar à constituição de novas Provisões (como já referido antes), tendo sido utilizado no ano o montante de 22 837,98€.

Os Fundos Patrimoniais sofrem uma valorização no ano de 1,21%, no montante de 104.558,29€, essencialmente resultado da obtenção no exercício de um resultado líquido positivo de 109,2 mil € e do efeito líquido da capitalização de doações para investimento no montante de 4.698,50 € negativos.

²³ Trata-se de um limite estabelecido para as despesas de pessoal e de administração, segundo a alínea b) do nº 1 do artigo 10º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei

nº 24/2012, de 9/7, na nova redação dada pela Lei nº 67/2021, de 25/8. O incumprimento deste limite implica a revogação do estatuto de utilidade pública por parte da Fundação.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Valores em Euros	Notas	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	7 117 883,77	7 050 106,55
Ativos intangíveis	5	8 269,15	-
		7 126 152,92	7 050 106,55
Ativo corrente			
Inventários	6	19 580,25	24 082,17
Estado e outros Entes Públicos	7	7 765,37	492,80
Créditos a receber	8	86 780,62	115 709,05
Diferimentos	16	4 611,44	4 133,93
Caixa e depósitos bancários	10	2 018 812,93	1 959 811,98
		2 137 550,61	2 104 229,93
Total do ativo		9 263 703,53	9 154 336,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2 261 729,41	2 261 729,41
Resultados transitados	12	6 364 337,84	6 267 464,99
Outras variações nos fundos patrimoniais	13	26 880,38	31 578,88
		8 652 947,63	8 560 773,28
Resultado líquido do período		109 256,79	96 872,85
Total dos fundos patrimoniais		8 762 204,42	8 657 646,13
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	17 162,02	40 000,00
		17 162,02	40 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15	24 056,21	35 784,71
Estado e outros Entes Públicos	7	33 051,48	26 141,31
Diferimentos	16	109 347,31	90 638,34
Outros passivos correntes	17	317 882,09	304 125,99
		484 337,09	456 690,35
Total do passivo		501 499,11	496 690,35
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 263 703,53	9 154 336,48

Quadro V

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

3.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

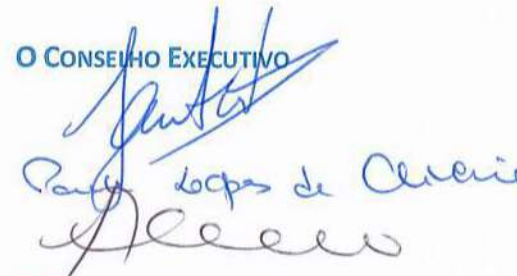
Valores em Euros	Notas	2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	18	332 340,98	320 346,66
Subsídios, doações e legados à exploração	19	247 365,07	188 806,41
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(18 076,00)	(23 330,80)
Fornecimentos e serviços externos	20	(571 145,77)	(471 030,34)
Gastos com o pessoal	21	(891 019,92)	(818 592,13)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	1 120,90	(1 828,06)
Provisões (aumentos/reduções)	14	-	(40 000,00)
Outros rendimentos	22	1 205 870,03	1 070 517,52
Outros gastos	23	(125 632,00)	(47 681,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		180 823,29	177 207,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(87 480,12)	(84 893,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		93 343,17	92 313,98
Juros e rendimentos similares obtidos	18	15 913,62	4 558,87
Resultados antes de impostos		109 256,79	96 872,85
Resultado líquido do período		109 256,79	96 872,85

Quadro VI

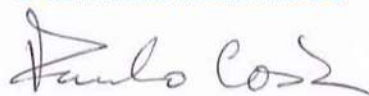
As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 14 de março de 2023

O CONSELHO EXECUTIVO



O CONTABILISTA CERTIFICADO



3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

De 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2021	1	2 261 729,41	6 102 972,47	36 277,38	164 492,52	8 565 471,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
	7	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				96 872,85	96 872,85
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				96 872,85	96 872,85
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12	-	164 492,52	-	(164 492,52)	-
	5	-	164 492,52	-	(164 492,52)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	6=1+2+3+4	2 261 729,41	6 267 464,99	31 578,88	96 872,85	8 657 646,13

Valores em Euros	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2022	6	2 261 729,41	6 267 464,99	31 578,88	96 872,85	8 657 646,13
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Recebimento de donativo para investimento						-
Donativos - transferência para rendimentos do exercício	13 e 19	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
	7	-	-	(4 698,50)	-	(4 698,50)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				109 256,79	109 256,79
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				109 256,79	109 256,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Transferência do resultado líquido do período para resultados transitados	12	-	96 872,85	-	(96 872,85)	-
	10	-	96 872,85	-	(96 872,85)	-
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	6+7+8+10	2 261 729,41	6 364 337,84	26 880,38	109 256,79	8 762 204,42

Quadro VII

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

3.4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em euros	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO			
Recebimentos de clientes e utentes		328 193,62	316 274,26
Pagamento a fornecedores		711 596,28	673 414,08
Pagamentos ao pessoal		1 042 899,46	942 126,57
Caixa gerada pelas operações		(1 426 302,12)	(1 299 266,39)
Outros recebimentos/pagamentos		1 355 018,53	1 363 706,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(71 283,59)	64 439,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		142 929,24	58 613,53
Activos intangíveis		3 571,27	
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		6 114,04	-
Juros e rendimentos similares		15 934,17	4 836,42
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(124 452,30)	(53 777,11)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Doações e subsídios		254 736,84	178 470,91
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		254 736,84	178 470,91
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		59 000,95	189 133,48
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO	10	1 959 811,98	1 770 678,50
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	10	2 018 812,93	1 959 811,98

Quadro VIII

As notas seguintes são parte integrante das presentes demonstrações financeiras.

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

(Nas presentes notas, todos os montantes são apresentados em euros, salvo se indicado o contrário.)

1. Identificação da entidade

Designação: Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso
Sede Social: Av. Dr. Mário Moutinho (ao Restelo), Lisboa
Fundos: € 2.261.729,41
N.I.P.C.: 500 847 754

A Fundação da Nossa Senhora do Bom Sucesso ("Fundação") foi constituída em 7 de março de 1951 e dedica-se a fins de saúde e de desenvolvimento humano. Na prossecução dos seus fins a Fundação atende em especial:

- À promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como à prevenção e controlo da doença; e
- À proteção e apoio às crianças e jovens, nomeadamente àqueles que, desinseridos de meio familiar normal, se encontrem ao abrigo e proteção de outras instituições de solidariedade social, bem como à família.

A Fundação, com observância do disposto na lei e nos seus estatutos, pode adquirir, alienar ou onerar bens móveis, imóveis e direitos, incluindo participações sociais ou financeiras, e contrair obrigações, incluindo empréstimos, bem como realizar investimentos, em Portugal ou no estrangeiro, nos termos que entenda como adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

Constituem rendimentos da Fundação:

- Os rendimentos das prestações de serviços (Nota 18);
- Os rendimentos dos seus bens, móveis ou imóveis, e de capitais próprios (Nota 22);
- Os subsídios do Estado, das autarquias locais ou de outras entidades, públicas ou privadas (Nota 19); e

- Os rendimentos provenientes de heranças, legados e doações que venham a ser instituídos a seu favor, bem como de donativos, produtos de festas e subscrições e, bem assim, de quaisquer direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir (Nota 19).

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e autorizadas para emissão pelo Conselho Executivo 14 de março de 2023.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com as normas que compõem o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL), o qual que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Norma Contabilística de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), o código de contas específico para as Entidades do Sector Não Lucrativo (CC-ESNL) e os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: (i) as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI); (ii) as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e (iii) as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e as respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Nas demonstrações financeiras anexas, preparadas a partir dos registos contabilísticos da Fundação, foram consideradas as seguintes bases de preparação:

Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Fundação.

Regime da periodização económica (ou do acréscimo)

Os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as seguintes definições e critérios:

- Um ativo é um recurso controlado pela Fundação como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a Fundação benefícios económicos futuros.

- Um passivo é uma obrigação presente da Fundação proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um efluxo de recursos da Fundação incorporando benefícios económicos futuros.
- Os fundos patrimoniais são os interesses residuais nos ativos da Fundação depois de deduzir todos os seus passivos.
- Os rendimentos são aumentos dos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de ativos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos nos fundos patrimoniais, que não sejam os relacionados com as contribuições de instituidores.
- Os gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de efluxos ou depreciação de ativos ou na ocorrência de passivos que resultem em diminuições de fundos patrimoniais.

Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são respetivamente gerados ou incorridos, independentemente do momento da respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas na rubrica do ativo Créditos a receber, em Devedores por acréscimos de rendimento. Por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao exercício e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas na rubrica Outros passivos correntes, em Credores por acréscimos de gastos.

As quantias dos rendimentos e dos gastos que, apesar de já ter ocorrido a respetiva receita/recebimento ou despesa/pagamento, devam ser reconhecidos nos períodos seguintes, são reconhecidos na rubrica de Diferimentos, em Rendimentos a reconhecer ou Gastos a reconhecer, respetivamente.

Consistência e apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens das demonstrações financeiras são mantidos de um período para o outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação, e em todo o caso (ii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iii) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Materialidade e agregação

Aplicar o conceito de materialidade significa que um requisito de apresentação específico contido na NCRF-ESNL não necessita de ser satisfeito se a informação não for material, sendo que a Fundação não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das presentes demonstrações financeiras.

Quanto à agregação, cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras em harmonia com a informação mínima que consta dos modelos de demonstrações financeiras aprovados para as ESNL.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Não se consideram compensações (i) a mensuração de ativos líquidos de deduções de valorização, (ii) a dedução da quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume obtidos ou concedidos, (iii) a dedução ao produto da alienação de ativos não correntes da quantia escriturada do ativo e dos gastos de venda relacionados, e (iv) a compensação dos dispêndios relacionados com uma provisão previamente reconhecida para o efeito.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Não existem contas de balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo ou ao custo considerado, no caso da propriedade de investimento, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas (Nota 5).

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Fundação.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos do período no ano em que ocorrem à medida que são incorridos, de acordo com o regime de acréscimo.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base na melhor estimativa das atividades presentes e futuras do ativo para a Fundação.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, sobre o custo ou o custo considerado, sendo utilizado o método das quotas constantes e aplicando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	100
Equipamentos:	
Equipamento básico imagiológico	3
Equipamento básico outro	12
Ferramentas e utensílios	8
Equipamento administrativo	10 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	6 - 12

Os terrenos onde estão assentes os edifícios não são depreciados.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, na data do balanço. Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzido dos gastos de transação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados como outros rendimentos ou outros gastos (operacionais).

3.2 Imparidade de ativos não correntes

Os ativos sujeitos a depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzidos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes por imparidade os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente os fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as referidas perdas por imparidade já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como rendimento operacional. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

3.3 Inventários

Os inventários são constituídos por matérias-primas, subsidiárias e de consumo que se encontram valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio (Nota 6).

3.4 Créditos a receber

Os Créditos a receber correntes são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, e subsequentemente de acordo com o custo amortizado, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas (Nota 8).

As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que a Fundação não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber (Nota 9) e são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

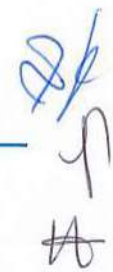
3.5 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com maturidade inicial até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor (Nota 10).

3.6 Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, em que seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 14).



3.7 Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo, que incluem benefícios monetários (tais como salários, ordenados, subsídios e contribuições para a segurança social) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos ou serviços gratuitos ou subsidiados), relativos aos empregados correntes são contabilizados pela quantia não descontada que se espera que seja paga (custo da obrigação) (Nota 21).

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, por contrapartida da demonstração de resultados, independentemente da data do seu pagamento, e o saldo por liquidar à data de balanço está relevado na rubrica Outros passivos correntes (Nota 17).

Os benefícios de cessação de emprego, uma vez que não proporcionam à Fundação futuros contributos para o desenvolvimento das suas atividades presentes e futuras, são reconhecidos imediatamente como um gasto.

3.8 Fornecedores e Outros passivos correntes

Os Fornecedores e Outros passivos correntes são constituídos pelos saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar correntes e são registados pelo seu valor nominal, i.e., ao custo (Notas 15 e 17).

3.9 Estado e outros entes públicos

Os saldos a pagar e/ou a receber destas entidades, relativos a impostos, contribuições e taxas são mensurados pela quantia que se espera que seja recuperada/paga de/às autoridades fiscais e outras, utilizando-se as leis em vigor à data do balanço (Nota 7).

3.10 Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, tendo em consideração a quantia eventual de qualquer desconto comercial e de quantidades concedidos pela Fundação.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados, com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço e pelo justo valor do montante recebido ou a receber, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos (Nota 18).

3.12 Subsídios e doações

Os subsídios do Estado e outros entes públicos e as doações de outras entidades só são reconhecidos após existir segurança de que a Fundação cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios e doações serão recebidos.

Os subsídios e as doações relacionados com ativos são subvenções cuja condição primordial da atribuição é o compromisso por parte da Fundação em adquirir ativos fixos tangíveis. Estas subvenções são reconhecidas inicialmente nos Fundos patrimoniais (Nota 13) e posteriormente reconhecidas como rendimento na proporção das depreciações dos ativos subsidiados (Nota 19).

Os subsídios e os donativos à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Fundação por custos incorridos, são registados na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar (Nota 19). Os subsídios e os donativos relacionados com gastos futuros são reconhecidos no passivo na rubrica “Diferimentos” (Nota 16).

Os subsídios e doações monetárias são registados pela sua quantia nominal. Os subsídios e doações não monetários são registados pelo justo valor do ativo não monetário ou pela quantia nominal quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

3.13 Imposto sobre o rendimento

A Fundação na Nossa Senhora do Bom Sucesso é uma Instituição Particular de Solidariedade Social ("IPSS") desde 30 de outubro de 1987 e tem reconhecida a isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) desde 13 de fevereiro de 1990.

Nos termos do artigo 10º, n.º 1 alínea b) do CIRC, estão isentas de IRC as instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

3.14 Eventos subsequentes

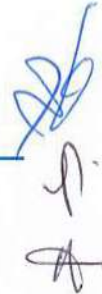
Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.15 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Imparidade de créditos a receber

As perdas por imparidade de contas a receber são calculadas essencialmente com base na sua antiguidade, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.



Provisões

São reconhecidas provisões sempre que a Fundação tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

O Conselho Executivo considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada o Balanço da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.16 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho Executivo da Fundação quaisquer situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da instituição.

3.17 Principais fontes de incertezas de estimativas

As principais fontes de incertezas das estimativas encontram-se detalhadas na Nota 3.15.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são alteradas as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal não seja permitido pela NCRF-ESNL ou que seja de todo impraticável. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são coerentes com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, não existindo quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas e/ou erros.

5. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No decurso dos exercícios de 2022 o movimento ocorrido nos “Ativos Fixos Tangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em euros	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Custo						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	1 704 054,08	5 644 089,18	316 354,76	395 152,43	173 877,00	8 233 527,45
Aquisições	-	-	1 899,83	7 078,49	40 181,39	49 159,71
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 704 054,08	5 644 089,18	318 254,59	402 230,92	214 058,39	8 282 687,16
Aquisições	-	105 764,81	15 856,24	31 635,41	1 280,88	154 537,34
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 704 054,08	5 749 853,99	334 110,83	433 866,33	215 339,27	8 437 224,50
Depreciações acumuladas						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	(427 299,37)	(251 613,01)	(344 863,16)	(123 911,47)	(1 147 687,01)
Aumentos	-	(55 444,62)	(8 732,73)	(7 610,34)	(13 105,91)	(84 893,60)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(482 743,99)	(260 345,74)	(352 473,50)	(137 017,38)	(1 232 580,61)
Aumentos	-	(55 947,11)	(9 348,57)	(8 690,69)	(12 773,75)	(86 760,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(538 691,10)	(269 694,31)	(361 164,19)	(149 791,13)	(1 319 340,73)
Valor contabilístico em 1 de janeiro de 2021	1 704 054,08	5 216 789,81	64 741,75	50 289,27	49 965,53	7 085 840,44
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2021	1 704 054,08	5 161 345,19	57 908,85	49 757,42	77 041,01	7 050 106,55
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2022	1 704 054,08	5 211 162,89	64 416,52	72 702,14	65 548,14	7 117 883,77

Os principais ativos da Fundação são o edifício da Sede e um outro imóvel (Nota 22), também sito em Lisboa e os terrenos inerentes. O acréscimo na rubrica Edifícios e outras construções refere-se essencialmente a obras de conservação, com especial destaque para as obras no telhado da Sede e de reparação do montacargas no Edifício das Amoreiras (Lisboa).

O aumento nas rubricas de Equipamento Administrativo está relacionado com o investimento em progresso tecnológico e substituição de equipamentos.

No decurso dos exercícios de 2022 o movimento ocorrido nos “Ativos Intangíveis” bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade, foi conforme segue:

Valores em euros	Programas de Computador	Total
Custo		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Aquisições	8 989,15	8 989,15
Saldo em 31 de dezembro de 2022	8 989,15	8 989,15
Amortizações acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	-
Aumentos	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-
Aumentos	(720,00)	(720,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(720,00)	(720,00)
Valor contabilístico em 31 de dezembro de 2022	8 269,15	8 269,15

As aquisições de Ativos Intangíveis estão essencialmente ligadas a Software de Gestão nos diversos programas da Fundação.

As Amortizações e Depreciações do ano 2022 e 2021, foram conforme segue:

Valores em euros	2022	2021
Depreciações - Ativos Fixos Tangíveis	(86 760,12)	(84 893,60)
Amortizações Ativos Intangíveis	(720,00)	-
Total	(87 480,12)	(84 893,60)

6. Inventários

No decurso dos exercícios de 2022 e 2021 o movimento ocorrido nos “Inventários” bem como o apuramento do respetivo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi conforme segue:

Valores em euros	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Inventário em 1 de janeiro de 2021	32 486,61
Compras	15 074,47
Reclassificações e regularizações	(148,11)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(23 330,80)
Inventário em 31 de dezembro de 2021	24 082,17
Compras	13 660,48
Reclassificações e regularizações	(86,40)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(18 076,00)
Inventário em 31 de dezembro de 2022	19 580,25

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Inventários respeita integralmente a existências de medicamentos e artigos de saúde. O decréscimo de 2022 em comparação com 2021 deve-se à diminuição de compras de artigos de proteção individual, e ao custo dos mesmos.

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros entes públicos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos com estas entidades detalham-se como segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) - reembolsos pedidos	7 765,37	492,80
Total	7 765,37	492,80
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	14 357,15	13 677,59
Segurança social	18 683,95	12 463,72
Outros Impostos e Taxas	10,38	-
Total	33 051,48	26 141,31

O aumento de valor da rubrica do Estado em ativo respeita ao valor a receber de reembolso do IVA da aquisição dos ativos Fixos Tangíveis.

Na rubrica do Estado em passivo o aumento é impulsionado pelos impostos do trabalho dependente, pelo facto da rubrica de pessoal ter sofrido um acréscimo, assim como as contribuições obrigatórias dos trabalhadores independentes terem passado de 2 773 Euros de 2021 para 6 826 Euros em 2022.

8. Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Créditos a receber detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Devedores p/ acréscimo de rendimentos		
Seguradoras	160,00	169,50
Laboratórios	19,50	188,52
Entidades do setor público administrativo	4 035,27	3 759,60
Utentes	180,04	461,99
Outros	25 854,70	-
Total	30 249,51	4 579,61
Entidades Setor Publico		
Entidades do setor público administrativo	17 919,15	13 852,44
Total	17 919,15	13 852,44
Outros Devedores		
Seguradoras	983,50	651,10
Laboratórios	209,90	326,92
Inquilinos	144 650,51	143 853,71
Outros devedores	24 449,56	85 247,68
Perdas por Imparidade (nota 9)	(131 681,51)	(132 802,41)
Total	38 611,96	97 277,00
Total	86 780,62	115 709,05

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Inquilinos respeitava essencialmente a rendas a receber nos montantes de, respetivamente, € 144 650,51 e € 143 853,71.

Nos Devedores por acréscimo de rendimentos regista-se um aumento na rubrica de Outros motivada pelo reconhecimento do rendimento referente à Indeminização pela inundação ocorrida em maio de 2022 no Edifício das Amoreiras (Lisboa), no montante de € 25 414,16, a qual a seguradora encerrou o processo de análise no final do ano 2022.

O aumento da rubrica de Entidades do Sector Publico está relacionado com o valor em dívida da ADSE em 31 de dezembro de 2022, no montante de € 17 359,15 (2021: € 13 572,44).

9. Imparidade de dívidas a receber

O movimento ocorrido nos exercícios de 2022 e 2021 na rubrica de Imparidade de dívidas a receber foi como segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(132 802,41)	(132 401,06)
Reforços	(18 068,06)	(17 518,83)
Reversões	19 188,96	15 690,77
Utilizações		1 426,71
Saldo final	(131 681,51)	(132 802,41)

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da Imparidade de dívidas a receber reparte-se da seguinte forma: (i) Inquilinos no montante de € 130.334,99 (2021: € 131.122,71), (ii) Utentes no montante de € 816,90 (2021: € 1.150,08) e (iii) outros devedores no montante de € 529,62.

As reversões ocorridas durante o exercício de 2022 respeitam a dívidas de Inquilinos e utentes nos montantes de, respetivamente, € 18.743,68 e € 445,28.

As reversões ocorridas durante o exercício de 2021 respeitam a dívidas de Inquilinos e utentes nos montantes de, respetivamente, € 15.651,77 e € 39,00.

10. Caixa e depósitos bancários

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Fundação classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalha-se conforme segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	24 620,02	2 078,16
Depósitos à ordem	284 192,91	146 133,82
Depósitos a prazo	1 520 000,00	1 507 600,00
Outros depósitos	190 000,00	304 000,00
Total	2 018 812,93	1 959 811,98

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Depósitos a prazo refere-se detalha-se como segue:

Instituição	Valor em euros	Vencimento	Taxa de juro
BIG - Banco de Investimento Global	150 000,00	janeiro/24	0,60%
BIG - Banco de Investimento Global	250 000,00	março/26	0,50%
BIG - Banco de Investimento Global	100 000,00	julho/26	0,50%
BIG - Banco de Investimento Global	200 000,00	maio/25	0,40%
Banco Finantia	100 000,00	outubro/24	1,75%
Banco Finantia	150 000,00	dezembro/23	0,80%
Banco Finantia	570 000,00	dezembro/24	1,85%
Total	1 520 000,00		

As aplicações supramencionadas vencem juros a taxas compreendidas no intervalo entre os 0,4% e os 1,85%, podendo ser mobilizadas antecipadamente sem perda de capital.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Outros depósitos" nos montantes de, respetivamente, €190.000 e € 304.000, respeita a aplicações de muito curto prazo.

11. Fundos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os Fundos ascendiam a € 2.261.729,41 e respeitavam a valores aportados pelos instituidores da Fundação em exercícios anteriores.

12. Resultados transitados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os resultados transitados ascendiam a, respetivamente €6.364.337,84 e € 6.267.464,99 e respeitavam a resultados líquidos apurados em exercícios anteriores.

O valor de €96.872,85, corresponde ao resultado líquido de 2021 transferido para resultados transitados em 2022.

13. Outras variações nos fundos patrimoniais

A Fundação celebrou com a The Navigator Company protocolos para atribuição de donativos destinados a fazer face aos custos na implementação e desenvolvimento de um projeto que visa a promoção e proteção da saúde materno-infantil, bem como para a prevenção e controlo da doença e, por sua vez, melhorar as condições de desenvolvimento Humano.

A parte dos donativos atribuídos destinados à aquisição de equipamentos médicos úteis e necessários à prossecução dos objetivos do projeto acima referido, foi reconhecida inicialmente na rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais e posteriormente reconhecida como rendimento na proporção das depreciações do ativo subvencionado, sendo que a parte do donativo transferido para resultados do exercício ascende, no ano de 2022, a € 4.698,50 (2021: € 4.698,50) (Nota 19).

14. Provisões

O movimento ocorrido nos exercícios de 2022 e 2021 na rubrica de Provisões foi como segue:

Valores em euros	31/12/2022 Outros riscos e encargos	31/12/2021 Outros riscos e encargos
Saldo Inicial	40 000,00	19 623,86
Aumentos	-	40 000,00
Utilizações	22 837,98	19 623,86
Saldo Final	17 162,02	40 000,00

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as provisões em balanço destinavam-se a fazer face a outros riscos e encargos inerentes à atividade da Fundação, as quais foram consumidas em 2022 por incidentes na sede da Fundação no valor de € 12.926,50 e no Edifício das Amoreiras (Lisboa) no valor de € 9.911,48.

Sendo que a Fundação não considerou necessário incrementar as provisões em 2022.

15. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos a pagar a Fornecedores correntes detalham-se como segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c - mercado nacional	24 056,21	35 620,90
Fornecedores c/c - mercado intracomunitário	-	163,81
Total	24 056,21	35 784,71

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica Diferimentos refere-se a rendimentos a reconhecer relativos a rendas antecipadas nos montantes de, respetivamente, € 97.277,04 e € 90.638,34, e subsídios relacionados com o Projeto ECD no valor de € 12.070,27. Quanto aos Gastos a reconhecer relativos a Seguro Multirriscos no valor de 4.611,44€.

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos a reconhecer		
Rendas antecipadas	(97 277,04)	(90 638,34)
Subsidios	(12 070,27)	-
Total	(109 347,31)	(90 638,34)
Gastos a reconhecer		
Seguro Multirriscos	4 611,44	4 133,93
Total	4 611,44	4 133,93
Total	(104 735,87)	(86 504,41)

17. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica outros passivos correntes detalha-se como segue:

Valores em euros	31/12/2022	31/12/2021
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar - pessoal	140 156,16	119 670,81
Outros gastos	12 555,64	11 468,93
Total	152 711,80	131 139,74
Outros passivos correntes		
Fornecedores de investimentos	31 158,25	-
Cauções	109 792,37	80 257,49
Médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde	22 862,93	18 655,49
Outros credores	1 356,74	74 073,27
Total	317 882,09	304 125,99

O aumento na rubrica das Remunerações a Liquidar, é representativo da necessidade de sobreposição temporária de recursos humanos em funções-chave, visando a substituição de efetivos no ano. Esta substituição concretizou-se, por motivos de reforma ou de doença prolongada dos cessantes. A rubrica de Fornecedores de investimento advém dos investimentos efetuados essencialmente no Edifício das Amoreiras (Lisboa). O acréscimo registado na rubrica das cauções é explicado pelo aumento do nº de inquilinos.

18. Réditos

Nos exercícios de 2022 e 2021 os réditos da Fundação detalham-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Prestação de serviços		
Consultas de medicina, enfermagem e de outros profissionais de saúde	266 847,94	258 801,33
Outros serviços	65 493,04	61 545,33
	332 340,98	320 346,66
Juros obtidos de depósitos bancários	15 913,62	4 558,87
Total	348 254,60	324 905,53

Assiste-se a um incremento da receita da atividade da saúde. Assim como na rubrica de Juros tendo beneficiado de alguns depósitos a prazo que atingiram a sua maturidade.

19. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” detalha-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos		
Segurança Social	139 372,85	-
Autoridade Tributária e Aduaneira (Consignação de IRS)	11 906,48	9 872,91
Autoridade Tributária e Aduaneira (Benefício de 15% do IVA suportado)	393,47	1 080,00
	151 672,80	10 952,91
Outros Subsídios e Doações		
The Navigator Company	4 698,50	154 698,50
SEMAPA	74 156,40	-
EUROCHILD	7 773,33	9 637,00
Outras entidades	9 064,04	13 518,00
	95 692,27	177 853,50
Total	247 365,07	188 806,41

Nos exercícios de 2022 e 2021 as doações da The Navigator Company incluem o montante de, respetivamente, € 4.698,50 e € 4.698,50 relativos à parte dos donativos ao investimento reconhecidos em resultados do exercício (Nota 13).

A reconciliação entre os subsídios e doações reconhecidos como rendimentos dos exercícios de 2022 e 2021 e respetivos recebimentos é como segue:

Valores em euros	2022	2021
Recebimento de doações e outros subsídios	254 736,84	178 470,91
Subsídios e doações reconhecidos em Caixa e seus equivalentes	254 736,84	178 470,91
Subsídios ao investimento reconhecidos em fundos patrimoniais	-	-
Subsídios ao investimento reconhecidos em rendimentos do período	4 698,50	4 698,50
Subsídios atribuídos à exploração, a reconhecer	(12 070,27)	5 637,00
Doações em espécie	-	-
Total	247 365,07	188 806,41

20. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica Fornecimentos e serviços externos detalha-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Trabalhos especializados	31 543,85	19 644,14
Honorários	322 491,21	275 769,23
Conservação e reparação	70 712,46	33 799,16
Outros serviços especializados	7 967,14	18 898,72
Materiais	12 640,63	15 276,16
Energia e água	31 774,42	23 793,84
Deslocações, estadas e transportes	12 386,62	7 075,17
Comunicação	6 682,84	9 694,00
Seguros	11 455,59	7 794,01
Limpeza, higiene e conforto	44 431,54	39 708,20
Outros serviços diversos	19 059,47	19 577,71
Total	571 145,77	471 030,34

O aumento da rubrica de Fornecimentos e serviços está relacionado essencialmente com os acréscimos nas rubricas de Honorários e deslocações, Conservação e reparação, eletricidade e água.

21. Gastos com o pessoal

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica Gastos com o pessoal detalha-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Remunerações do pessoal	726 779,42	662 391,50
Benefícios pós-emprego	3 361,00	3 361,00
Encargos sobre remunerações	155 351,16	141 229,77
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 224,14	7 956,01
Outros gastos com o pessoal	2 304,20	3 653,85
Total	891 019,92	818 592,13

22. Outros rendimentos

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica outros rendimentos detalha-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	16,69	11,00
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1 129 206,63	1 070 506,51
Outros rendimentos e ganhos	76 646,71	0,01
Total	1 205 870,03	1 070 517,52

A rubrica “Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento” refere-se essencialmente a rendas auferidas no imóvel sito nas Amoreiras, Lisboa (Nota 5).

23. Outros gastos

Nos exercícios de 2022 e 2021 a rubrica Outros gastos detalha-se como segue:

Valores em euros	2022	2021
Impostos	57 901,38	44 978,53
Descontos de pronto pagamento concedidos	399,17	474,94
Perdas em inventários	86,40	148,11
Outros gastos	67 245,05	2 080,10
Total	125 632,00	47 681,68

A rubrica de gastos em impostos reflete o valor do IVA suportado em toda a atividade da Fundação, uma vez que a sua atividade é isenta de IVA.

24. Pessoas ao serviço

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Fundação tinha o seguinte quadro de colaboradores:

Valores em euros	2022	2021
Órgãos sociais	13	13
Empregados	41	41
Prestadores de serviços	32	31
Total	86	85

25. Saldos e transações com partes relacionadas

No exercício de 2022 não ocorreram transações com partes relacionadas, nem em 31 de dezembro de 2022 existiam saldos com estas entidades.

26. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos subsequentes a 31 de Dezembro de 2022 que possam afetar as Demonstrações Financeiras da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso com referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2022.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do período de 2022 foi de 109.256,79 € (cento e nove mil, duzentos e cinquenta e seis euros e setenta e nove cêntimos) e propomos que o mesmo seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

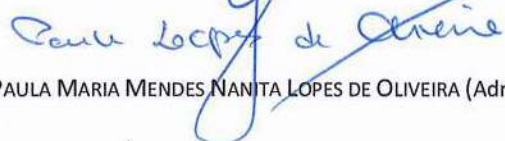
Lisboa, 14 de março de 2023

CONSELHO EXECUTIVO

JAIME ALBERTO MARQUES SENNFELT FERNANDES FALCÃO (Presidente)



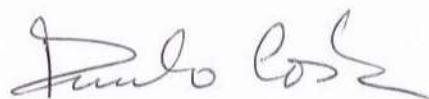
PAULA MARIA MENDES NANITA LOPES DE OLIVEIRA (Administradora Executiva)



MARGARIDA ISABEL FEIJÃO ANTUNES REBOCHO (Administradora Executiva)



O CONTABILISTA CERTIFICADO



2022



ÓRGÃOS SOCIAIS

26
41

ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Conselho Geral

Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira (*Presidente*)

Duarte Nuno d'Orey da Cunha

Maria de Queiroz Pereira Posser de Andrade

Manuel Augusto Lopes de Lemos

Maria Margarida Gama Mendonça Simões Manaia

João Rodrigo Appleton Moreira Rato

Manuel Custódio de Oliveira

Conselho Executivo

Jaime Alberto Marques Sennfelt Fernandes Falcão (*Presidente*)

Paula Maria Mendes Nanita Lopes de Oliveira

Margarida Isabel Feijão Antunes Rebocho

Conselho Fiscal

Diogo de Freitas Branco Pais (*Presidente*)

Rui Tiago Trindade Ramos Gouveia

Hugo Alexandre Lopes Pinto



ANEXOS

ANEXO 1 – PROPOSTAS DE AÇÃO DA CAMPANHA

primeiros anos
a nossa prioridade

FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso | 70
anos

PROPOSTAS DE AÇÃO

A campanha Primeiros Anos **a Nossa Prioridade** reúne parceiros que aportam diversas sensibilidades, conhecimento, práticas e experiências, mas que partilham conhecimento e a Visão de que uma sociedade saudável e sustentável depende de uma aposta crítica nos primeiros anos de vida.

Os parceiros da campanha Primeiros Anos **a Nossa Prioridade** defendem a **importância da promoção de políticas integradas para a primeira infância que:**

- valorizem os primeiros 1.000 dias de vida e a importância da família (e da comunidade envolvente), no desenvolvimento da criança, com foco e respeito pela criança, pela sua identidade, com atenção e cuidado centrados em relações positivas e em vínculos estáveis e seguros;
- garantam o acesso, em tempo, a cuidados de saúde de qualidade, com rastreios periódicos, deteção e intervenção precoces, para todas as crianças;
- assumam a educação da Primeira Infância como alicerce fundamental de uma sociedade, valorizando assim as capacidades das crianças dos 0-6 anos e a ação educativa dos profissionais;
- criem condições efetivas para que as crianças desintegradas das suas famílias de origem possam crescer em ambientes familiares.

E propõem a adoção de uma Política Global e Integrada para os 0-6 anos, que contemple designadamente:

- 1º. o desenvolvimento das estatísticas nacionais com indicadores de monitorização da primeira infância (0-3 anos), bem como de investigação dedicada à monitorização e avaliação da implementação de políticas e práticas (novas ou já existentes) relativas à promoção do desenvolvimento infantil;
- 2º. o reforço das medidas de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional:
 - a. alargamento da duração das licenças parentais pagas, a fim de melhorar os cuidados afetivos e de qualidade nos primeiros 2 anos de vida;
 - b. maior flexibilização dos horários de trabalho dos pais nos primeiros anos de vida dos filhos, por forma a permitir a redução do tempo diário das crianças nas creches;
- 3º. o desenvolvimento de respostas integradas ao nível comunitário de promoção da saúde física e mental na primeira infância:
 - a. capacitação das equipas de enfermagem dos Cuidados de Saúde Primários para a avaliação do desenvolvimento infantil (identificação de desvios) e adequada referenciação;
 - b. desenvolvimento das competências dessas equipas que lhes permitam intervir no apoio à parentalidade junto das famílias;
 - c. reforço e valorização (com o consequente aumento de cobertura) do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- 4º. a criação de uma via verde que garanta o acesso a cuidados de saúde especializados a todas as crianças que deles necessitem, de modo a que não seja desperdiçada a oportunidade de intervenção em tempo;
- 5º. o reconhecimento da intencionalidade e continuidade educativas entre a creche (0 - 3 anos) e o jardim de infância (3 - 6 anos), com a unificação da sua tutela pedagógica no Ministério da Educação;
- 6º. o aumento da cobertura de estruturas de creche e outras respostas educativas qualificadas, ao alcance de todas as famílias;
- 7º. a garantia de acesso para todas as crianças (3 - 6 anos) à educação pré-escolar e a elaboração de materiais de apoio à qualidade das práticas pedagógicas;

primeiros anos
a nossa prioridade

FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso | 70
anos

- 8º, o desenvolvimento de programas de promoção de competências parentais nos períodos pré e pós-parto e nos primeiros anos de vida;
- 9º, o desenvolvimento de novos modelos de cuidados e proteção de crianças em risco/perigo, baseados no conhecimento científico, que privilegiem o projeto de vida da criança em contexto natural de vida; mas também o alargamento acelerado da bolsa de Famílias de Acolhimento, a nível nacional, para os casos em que não seja possível manter a criança na sua família de origem;
- 10º, o desenvolvimento de campanhas sobre a importância dos primeiros anos de vida que permitam a transferência do conhecimento existente para a sociedade em geral:
- a. sensibilização de pais, educadores e cuidadores sobre a forma como a criança entende o mundo e se posiciona perante os outros;
 - b. valorização do brincar como forma primordial de conhecimento e descoberta da criança;
 - c. sensibilização de pais, educadores e cuidadores para sinais de alerta sobre comportamentos e eventuais problemas de saúde física e emocional da criança;
 - d. sensibilização das famílias mais vulneráveis sobre os benefícios da frequência na educação de infância e do envolvimento e participação dos pais no processo educativo dos seus filhos e filhas;
 - e. promoção da cooperação entre famílias e creches/jardins de infância, transformando estas instituições num serviço mais abrangente que funcione como rede de apoio à família;
 - f. sensibilização das empresas para a adoção de políticas amigas das famílias e do futuro;
- 11º, a priorização das crianças na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza;
- 12º, a valorização do papel que, a par do Estado, as organizações não governamentais desempenham na materialização dos direitos de acesso à educação e à saúde, na preparação para a parentalidade e no apoio às famílias.

ANEXO 2 – PLANO E CRONOGRAMA DA CAMPANHA

primeiros anos
a nossa prioridade

FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso | 70
anos

PRIMEIROS ANOS A NOSSA PRIORIDADE	2022				2023			
	1st term	2nd term	3rd term	4th term	1st term	2nd term	3rd term	4th term
Work priority 1	Consolidation / Expansion of the National Coalition							
Keep working with key organizations, and invite new ones, working on/with children and their families to consolidate the coalition on ECD and its common goals, in order to leverage the influence on policies and public and private investments	A1 - Reach out to new potential partners							
	A2 - Organize working group sessions among partners							
	A3 - Develop detail the Coalition's joint statement/Proposals for Action							
Work priority 2	Evidence / Data Gathering							
Gathering the evidence to support national advocacy. To raise awareness on Portugal's ECD reality					A1- Perception survey of 1000 first years		▲	
					A2 -2nd Call for Papers on ECD		▲	
					A3 - Collect the good practices already implemented in Portugal			
					A4-national Country Profile		▲	
Work priority 3	Policies' Monitoring							
To assess the development and the implementation of National ECD policies					A1 - Coalition's Proposals for Action			
					A2 - implementation of the National Strategy against Poverty			
					A3 -Provide inputs to the national Child Guarantee Action Plan			
Work priority 4	Advocacy and Communication							
To give recommendations on childhood's public policies and investments. To clarify the next steps to make policymakers accountable for coalition's demands. To bridge the knowledge gap on ECD	A1 -Communication: News, e-news , website, Media, good pratices, evidence, interviews, ...							
					A2 -Big Meeting 2.0		▲	
					A3 -Proposal for Actions 2024▲			
Work priority 5	Management and Reporting							
Report on the evolution of the national campaign activities and costs	A1 - MoU▲				mee ngNC		mee ngNC	
	A2 - Activity and Financial Reporting				▲ interim		final	

ANEXO 3 – COUNTRY PROFILE

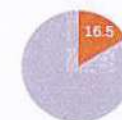
“Country recommendation

‘Portugal should take action to reduce the inequalities that child poverty exacerbates, by improving the timely access to high quality health services for all, with special attention to children.

Country Profile 2022



Portugal



Child Population:
1.70 million
(16.5% of total population)



Child Poverty Rate:
22.9% (2021) ▲*

* higher compared to pre-covid rates in 2019

RESPONDENT ORGANISATION(S):

Fundação Nossa Senhora o Bom Sucesso

Instituto de Apoio à Criança

Sérgio Costa Araújo

European Semester Country Report and Recommendations

Overview of the country report: identification of the children in need

This year's *European Semester Country Report for Portugal* has **failed to outline clearly the main vulnerable groups of children** that should be targeted by national policymakers. This is despite the fact that inequality indicators show that Portugal is one of the countries where the income gap is widening.

This is particularly worrying at a time when 22.4% of the Portuguese population is at risk of poverty or social exclusion. According to the most recent data, Portugal became the 8th country in the EU with the highest proportion of the population experiencing poverty. Portugal is also now the Member State with

the greatest increase in income inequality on a year-on-year basis.¹

Eurochild members in Portugal identified that while **only the issue of education was raised** in the report; Portugal is struggling with issues including quality of provision and equity of access, (low) participation in early childhood education, an ageing population of teachers, and teacher shortages. As a result of the pandemic, the country report identifies that disparities may have increased, with **children from more vulnerable socio-economic groups being disproportionately affected by school lockdowns**.

Promisingly, our members identified that Portugal intends to expand its pre-school network to provide free access to all 3 year olds (the current system is from age 4) but unfortunately, these proposals are solely discussed from the perspective of

supporting parental employment. **Children aged 0-3 therefore continue to be left outside of the formal education system** and without formal early childhood education and care (ECEC) guidelines or standards on quality. Members also identified that proposals are (overly) dependent on funding from Portugal's National Recovery and Resilience Plan.

The regional dimension of child poverty in Portugal

Annex 15 of Portugal's country report acknowledges that there is a lot to be done concerning **regional disparities in Portugal**. Eurochild members support and stress that **regional location is one of the main determinants of higher child poverty rates in Portugal**, citing information from the new report *Poverty Watch: Portugal 2022* by the European Anti-Poverty Network (EAPN) Portugal.

The report demonstrates the 'strong regional asymmetries' of poverty in Portugal. The autonomous regions of the Azores and Madeira have the highest risk of poverty rates, with 24.2% and 21.9% respectively, followed by the Algarve in the South (21.6%), and the North region (21.1%). The territory with the lowest risk of poverty remains the Lisbon Metropolitan Area (LMA) with 12.8%. However, as the capital region, this lower rate still amounts to a significant number of people living below the poverty line.²

Needs analysis: alignment at country-level

The recommendations included in the country report do address sufficiently the needs on the ground, but strictly from an economic point of view. There is **no country specific recommendation, directly or indirectly, related to children**.

¹ Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal – Relatório 2022*, p.2, 2022.

² EAPN Portugal, *Poverty Watch: Portugal 2022*, 2022.

This may be due to competing demands related to the ageing of Portugal's population and subsequent pressure on the allocation of public resources.

The result is that **children are left behind and forgotten**, even though 22.9% of children, approximately 388,000, are at risk of poverty or social exclusion in 2021. The lack of focus on child poverty is not, unfortunately, due to a reduction in children's vulnerability in Portugal. In the *Country Specific Recommendations for Portugal*, the European Commission did not include any social recommendations. For example, the recommendations are not at all framed within a vision in which investment in children's early years makes a significant difference to their development and wellbeing. This is despite evidence showing that investing in children – through intervention programmes in early childhood

– also has positive economic returns to society, which will be greater the earlier the intervention begins.³

Poverty and Social Exclusion – experiences of children, families, and communities

Child poverty in Portugal

Portugal has a total child population of 1.70 million, 22.9% (approximately 388,000) of which lived at risk of poverty and social exclusion in 2021. Although the increase in rates of poverty have been higher for adult and senior population groups, there were still **10,000 more children at risk of poverty or social exclusion in 2021 than the previous year**. Eurochild members identified Roma children, children up to 3 years old, children with disabilities, children in alternative care, children in vulnerable families, as the children most

in need and who continue to be forgotten by policymaking in the country.

An **additional cash benefit for families** called the 'child guarantee' has also been introduced in Portugal since last August to provide a top up to Portugal's existing family benefit cash assistance. Dedicated resources are also required to adequately address the regional dimension of child poverty, as outlined earlier.

The services all of these children need are access to high quality health, early childhood education and care, social services, more effective social protection, and parenting support. Members stressed that children in alternative care and the deinstitutionalisation of **children in alternative care requires serious attention**.

With these groups of children in mind, Eurochild's Portuguese members calls for the Portuguese government to implement policies on:

- **Healthcare** – take action to reduce inequalities in access to healthcare, by improving the timely access to high quality health services for all, with special attention to children. One way to achieve this is to subsidise private and third sector healthcare providers that complement the national health system to satisfy unmet healthcare needs, with community-based integrated health services. Portugal has one of the highest out-of-pocket health expenditure in the EU (30% of health expenses are paid directly by families), and the waiting times for a specialised medical appointment (only available in hospitals) are too long, especially for children.

³ For example, see Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, *Intervir na Infância: Quais os resultados nos domínios da saúde, escolaridade, social e económico?*, 2018.

- **Early learning** – to reframe how early childhood education and care is perceived. Early childhood education and care is not only a way to allow parents to go to work but it needs to take into account early child development and to be intentionally educational. There needs to be investment in professionals who are responsive to the specific needs of children and their families. In Portugal, ECEC professionals are only considered for career progression if they work with children above 3 years old, this should be extended to professionals working with children under 3.

- **Family support** – social transfers are failing to break the cycle of poverty for children and families in Portugal. Accessing key services, such as community-based early intervention and prevention support, is crucial. More priority

should be placed on supporting parents and preventing family separation, so that all children grow up in nurturing family environments.

European Child Guarantee

Portugal National Action Plan

The Council Recommendation on a European Child Guarantee asked Member States to submit a National Action Plan (NAP) that would outline how the Child Guarantee would be implemented at national level by 15 March 2022. However, some countries have still not published their NAP. This is the case for Portugal.

Eurochild members in Portugal, Instituto de Apoio à Criança and Sérgio Costa Araújo, have engaged with the Portuguese authorities to **inform the drafting of the NAP**. However, they cannot say whether their

positions are reflected in the current draft.

IAC was invited to be part of the technical commission that would be involved throughout the preparation, implementation, and monitoring of the Child Guarantee, but so far they are waiting for this involvement to commence.

Sérgio Costa Araújo, together with other national experts as part of Eurochild's DataCare project, have met with Portugal's National Coordinator, the Central Services of Instituto de Segurança Social and the National Commission of Protection of Children and Young People. They have engaged with the drafting process particularly on deinstitutionalisation and how the DataCare indicators can be included in national statistics to monitor the situation of children in alternative care in Portugal.

Fundação Nossa Senhora o Bom Sucesso (FNSBS) expressed

their interest to be involved in the drafting process to the Portuguese National Coordinator, and they have proposed a meeting and visit to the Foundation, but this has not yet been scheduled. The possibility of participating in the **NAP public consultation** process was promised, but information on this is still not publicly available.

Representatives from the Portuguese government informed Eurochild members that **two groups of children were involved in the drafting of the NAP**. However, members are concerned that the children involved did not represent a diverse group of children, including those with lived experiences of poverty.

IAC have prepared a brochure with testimonies of vulnerable children from Lisbon on their feelings about poverty and social exclusion. This was presented in October 2022 to the National Coordinator.⁴

⁴ Instituto do Apoio à Criança and EAPN Portugal, A Tua Voz Importa: o que sentem as crianças e jovens sobre a pobreza e exclusão social, 2022.



EU Funding

Civil Society engagement in the implementation of EU funds

There are a variety of European funds available in Portugal for actions that invest in children. At national level, information about funds can be found on [this website](#). Eurochild members in Portugal are aware of EU funding that can be used at national, regional, and local levels to invest in children. However, this **funding is not easily accessible for civil society organisations in general**, as it requires expertise and time to identify information about EU financial programmes at a national level.

While Eurochild members are not aware of any EU funding for civil society organisations working with children fleeing Ukraine, there is an annual 'Childhood Prize (the Prémio Infância)', awarded by the BPI Fundação "la Caixa". Created in 2019, the

award supports projects to break the cycle of poverty, facilitate development and empowerment in childhood and adolescence, and strengthen support for families.⁵

One of the main principles of European Social Fund Plus (ESF+) regulation is social dialogue and civil society engagement. However, our members could not provide a good practice example of civil society involvement in the monitoring, implementation, and evaluation of EU funds.

Projects funded by the EU in Portugal

In Portugal, Instituto de Apoio à Criança has been involved in several EU-funded projects:

- **The RADAR (*Running Away: Drivers, Awareness, and Responses*) project** is coordinated by Missing Children Europe and was launched in March 2020.

The project aims to achieve genuine progress in the awareness, understanding, and responses for children running away, and to provide them with better protection and care across the EU. IAC is one of six European partners. The project is supported by a Board of Professional Experts from different fields of work, and a Young People's Board with 8 young people who have experience of running away.

- **The *Conscious Parent Academy: Replacement Parent Urgently Needed* project** aims to support children who cannot live with their parents and are cared for by adults other than their biological family. These children are sent to foster families, and the goal is for them to feel integrated in the family environment and the provision of adequate care to their needs and wellbeing, providing them with an affective relationship and the necessary education for their

full development. The task and responsibility of caregivers is a large and complex issue, requiring legal, social, emotional, and educational support.

- IAC have also been involved in **child friendly justice projects**. These projects aimed to address the weaknesses of the justice system in ensuring children's access and effective participation in legal proceedings. Through participatory workshops, small group discussions, and individual legal counselling, children felt better informed about the decisions affecting their lives.

Priorities for EU funding in Portugal

On 28 January 2021, the Council of the European Union and the European Parliament reached an agreement that compels Member States with a level of child poverty above the EU average (23.4% -

⁵ A total of €2.3 million have been awarded since the award's inception. For more information, see [here](#).

AROE 2017 – 2019) to allocate 5% of ESF+ resources to tackle child poverty.⁶ Other Member States, including Portugal, should allocate an 'appropriate' amount of their ESF+ resources to combat child poverty.

Considering that 10,000 more children are living in poverty than last year, Eurochild and our members in Portugal urge the Portuguese authorities to **prioritise investment in maternal and child health, including mental health; deinstitutionalisation and effective social protection; and early learning.**



⁶ Regulation (EU) 2021/1057 of the European Parliament and of the Council of 24 June 2021 establishing the European Social Fund Plus (ESF+) and repealing Regulation (EU) No 1296/2013.

ANEXO 4 – INICIATIVA SABIA QUE...

Fase I

ProChild

Em colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade

Sabia que...

Dos 0 aos 3 anos o desenvolvimento cerebral é mais rápido do que em qualquer outra fase da vida?

Durante os primeiros 3 anos de vida, o ritmo de crescimento cerebral é mais rápido do que o ritmo de crescimento de qualquer outra parte do corpo. Estima-se que nos primeiros anos de vida mais de um milhão (1.000.000) de ligações neuronais sejam estabelecidas a cada segundo, mais do que em qualquer outra altura da vida. É por essa razão que os bebés e as crianças pequenas aprendem muito mais depressa do que os adultos!



Sabia que...

O investimento em creches de qualidade é uma estratégia eficaz no combate à pobreza e exclusão social, que pode ter impacto ao longo de várias gerações?

Evidências têm revelado que frequentar uma creche de elevada qualidade é muito importante, principalmente para crianças provenientes de meios afetados por desigualdades sociais e económicas. A creche pode funcionar como fator promotor e protetor da criança, contribuindo, entre outros aspetos, para níveis de escolaridade mais elevados, salários melhores, maiores níveis de bem-estar e menos problemas de saúde.

ProChild

Em colaboração com os parceiros do movimento
primeiros anos
a nossa prioridade

Sabia que...

O investimento nos primeiros anos de vida traz um retorno económico significativo para a sociedade?

O desenvolvimento nos primeiros anos de vida influencia diretamente fatores económicos, de saúde e sociais, tanto individual como coletivamente. Estudos realizados pelo economista americano James Heckman (Prémio Nobel da Economia) revelam que cada dólar investido nos primeiros anos de vida de uma criança, pode representar ganhos médios de 10 dólares para a sociedade. Pelo contrário, ambientes de vida adversos criam lacunas em competências e capacidades que reduzem o sucesso na idade adulta e aumentam os riscos sociais - agravando, assim, os custos financeiros a longo prazo.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento Infantil e Educacional

Em parceria com os pais e outros profissionais
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

Perante sinais de alerta no desenvolvimento da criança, a intervenção precoce pode fazer a diferença?

O cérebro é mais flexível nos primeiros anos de vida, possibilitando à criança integrar um leque amplo de experiências. Apesar de estarmos sempre a aprender, à medida que o cérebro se vai desenvolvendo e especializando, torna-se menos capaz de se reorganizar e adaptar a desafios novos ou inesperados. Intervir precocemente, quando a plasticidade cerebral é maior, pode minimizar o impacto de alterações no desenvolvimento. O trabalho colaborativo com a família é essencial para o sucesso de qualquer intervenção neste âmbito.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento Infantil e Educacional

Em parceria com os pais e outros profissionais
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

Até aos 3 anos, os brinquedos não são o mais importante para promover o desenvolvimento da criança?

Adultos atentos e responsivos às iniciativas de comunicação das crianças ajudam a alargar o conhecimento do mundo, promovendo a confiança da criança para futuras explorações e aprendizagens. Em todos os momentos do dia, as crianças aprendem na interação com os outros. Brinquedos com muitas cores, sons, ou luzes podem ser muito estimulantes, mas não substituem a força e o impacto de interações positivas, que são o elemento-chave do desenvolvimento nesta fase.

Fase II

Prochild
Instituto de Desenvolvimento da Criança

Em colaboração com as entidades de referência
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

A brincadeira é essencial para o desenvolvimento da criança?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso

Brincar é a atividade mais natural da criança, ajudando-a a conhecer-se a si mesma, a explorar as suas emoções e o mundo que a rodeia.

Na brincadeira, a criança envolve-se intensamente quando explora os seus interesses e encontra desafios "à sua medida", que podem levar a novas aprendizagens.

Vários estudos têm mostrado a relação entre o brincar e o desenvolvimento de competências sociais, de raciocínio e de comunicação.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento da Criança

Em colaboração com as entidades de referência
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

Experiências de negligência ou maus tratos têm efeitos negativos no cérebro da criança?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso

A forma como o desenvolvimento cerebral ocorre, desde o nascimento, irá influenciar a aprendizagem, o comportamento e a saúde física e mental. Crescer num ambiente de vulnerabilidade, em que a criança está sujeita a elevados níveis de stress, será um fator prejudicial para o seu desenvolvimento cerebral. A criança irá aprender formas de pensar e agir que poderão dificultar a sua adaptação ao longo da vida.

Para atenuar o impacto negativo de situações de negligência e/ou maus tratos, será essencial alargar a rede de suporte da criança, assegurando o apoio de adultos atentos e sensíveis.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento da Criança

Em colaboração com as entidades de referência
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

A exposição a situações de violência em idades precoce pode ter um impacto negativo no desenvolvimento da criança?

Um contributo da
FUNDAÇÃO
Nossa Senhora
do Bom Sucesso

Mesmo não sendo intervenientes diretas, o facto de "conviverem" com episódios de violência, aumenta a probabilidade de as crianças sofrerem de stress pós-traumático, muitas vezes associado a um estado de alerta contínuo e a sentimentos de sobrecarga e impotência, que podem conduzir a vários tipos de problemas de saúde mental e física.

Prochild
Instituto Educacional

Em colaboração com os pais e a comunidade
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

Relações positivas e estáveis são fundamentais para que as crianças aprendam a lidar com as suas emoções?

A criança desenvolve relações significativas com os seus diferentes cuidadores. A segurança e previsibilidade destas relações contribui para o desenvolvimento das competências sociais e emocionais da criança.

Aspetos como a empatia, a capacidade de resolução de problemas e de interação com os outros, estão associados à qualidade das relações que a criança estabelece numa idade precoce.

Prochild
Instituto Educacional

Em colaboração com os pais e a comunidade
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

Rotinas calmas e previsíveis são muito importantes para que as crianças se sintam seguras?

Um contributo da
FUNDAÇÃO

O dia a dia das crianças envolve uma sequência de acontecimentos, incluindo, por exemplo, momentos de brincadeira, alimentação e descanso. Desde muito cedo as crianças são capazes de antecipar estes acontecimentos, moldando os seus comportamentos em função do esperado. Ter horários mais ou menos certos para comer, tomar banho ou dormir, aumenta a previsibilidade e promove a regulação emocional da criança. Contudo, as rotinas não têm de ser rígidas e inflexíveis! No quotidiano podem surgir imprevistos, que importa encarar com naturalidade, sem culpa ou ansiedade pelos adultos. Estas situações devem ser vistas como oportunidades de aprendizagem para as próprias crianças.

Fase III

 Em colaboração com as parcerias do movimento
primeiros anos
 a nossa prioridade


Sabia que...

É um direito da criança participar na sua própria aprendizagem?

A investigação mostra que a participação das crianças na sua própria aprendizagem implica que o processo educativo se centre na sua experiência, que encoraje os seus interesses e múltiplas explorações e que promova o seu direito a brincar e a aprender. Esta participação ocorre quando se dá às crianças a possibilidade de fazer escolhas, tomar decisões, enfrentar desafios, num ambiente seguro e de bem-estar físico e emocional.

Assim, as crianças tornam-se coautoras da sua aprendizagem expressando-se num processo infindável de exploração e de experiência.

 Em colaboração com as parcerias do movimento
primeiros anos
 a nossa prioridade


Sabia que...

A participação das famílias tem um enorme impacto na aprendizagem dos seus filhos?

A proximidade e articulação entre os diferentes contextos de desenvolvimento e aprendizagem de vida da criança são essenciais para garantir o seu sucesso educativo, a par da sua integração social.

A família tem um papel fundamental na construção de expectativas positivas sobre a creche junto das crianças. Uma parceria efetiva, dialógica e participativa garante a participação da família na creche e possibilita as pontes necessárias para a aproximação entre estes diferentes contextos educativos.

 Em colaboração com as parcerias do movimento
primeiros anos
 a nossa prioridade


Sabia que...

A curiosidade e necessidade de exploração da criança são, desde muito cedo, cativadas pelas oportunidades oferecidas no contacto com a Natureza?

Contactar com o mundo natural é essencial para o desenvolvimento infantil, já que estimula hábitos de vida saudáveis, a prática de exercícios físicos e, sobretudo, o bem-estar emocional. O brincar na natureza ajuda na promoção da saúde física e mental e no desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, motoras e emocionais das crianças, assim como a consciência ambiental, tão premente face aos desafios que o Planeta enfrenta em termos de sustentabilidade e resiliência climática.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento Humano

Em colaboração com os parceiros do consórcio
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

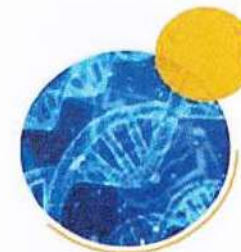
a integração de serviços dos vários setores que impactam a vida das famílias está a ser apontada como uma chave de ouro para assegurar o direito à infância e à equidade social?

Um mundo melhor para
todas as crianças

A integração de serviços dos vários setores que impactam a vida das famílias facilita a compreensão do sistema, difícil para muitas famílias, e possibilita que crianças e famílias tenham acesso a serviços adequados às suas necessidades e demandas. Com efeito, o direito das crianças a terem um bom começo de vida e a prosperarem na vida está profundamente ligado ao direito da família a ser suportada nesse sentido, nas áreas que impactam a sua qualidade de vida. Em particular, emprego, formação, educação, saúde, apoio social, suporte parental, migração, habitação, proteção e direitos, cultura, desporto.

Prochild
Instituto de Desenvolvimento Humano

Em colaboração com os parceiros do consórcio
primeiros anos
a nossa prioridade



Sabia que...

A qualidade das experiências que vivemos durante a primeira infância influenciam o funcionamento dos nossos genes?

Um mundo melhor para
todas as crianças

A Epigenética é uma área emergente de pesquisa científica, dentro da biologia, que explica o modo como a qualidade dos ambientes em que as crianças se desenvolvem condiciona a expressão dos seus genes e afeta a sua saúde física e mental, ao longo da vida. A qualidade dos cuidados que as crianças pequenas recebem tem o potencial de alterar o funcionamento dos genes (alterações epigenéticas) podendo inclusive ligar ou desligar genes responsáveis por determinadas doenças, afetando a saúde e bem-estar de uma forma transitória ou permanente. Sabe-se que algumas alterações epigenéticas são transmitidas através das gerações, embora ainda não se conheça suficientemente bem o mecanismo através do qual isto acontece.

ATA N.º 2/2023

No dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas, reuniu na sede da Fundação, na Av.ª Dr. Mário Moutinho, em Lisboa, o Conselho Fiscal da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso, adiante designada abreviadamente por “Fundação”, estando presentes todos os seus membros, o Senhor Professor Doutor Diogo de Freitas Branco Pais, Presidente, e os Senhores Dr. Rui Gouveia e Eng.º Hugo Pinto, Vogais.

Estiveram igualmente presentes na reunião, a convite do Senhor Presidente, os membros do Conselho Executivo, o Senhor Eng.º Jaime Falcão, Presidente, a Senhora Dr.ª Paula Nanita e a Senhora Dr.ª Margarida Rebocho, Vogais, bem como a colaboradora da Fundação, Senhora Dr.ª Mara Pinto, e, bem assim, o Senhor Dr. Paulo Costa, o Contabilista Certificado da Fundação.

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo agradecido a presença de todos e referido que a mesma tinha por ponto único da ordem de trabalhos dar cumprimento ao disposto na al. b) do artigo décimo nono dos estatutos da Fundação, a saber: *“Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o relatório anual de gestão e de atividades, o balanço e os demais documentos de prestação de contas do exercício, apresentados pelo Conselho Executivo”*.

Seguidamente, entrou-se na apreciação do ponto único da ordem de trabalhos, tendo o Conselho Fiscal procedido à análise do relatório anual de gestão e de atividades, relativo ao exercício de dois mil e vinte e dois, que foi previamente distribuído e que se encontra arquivado junto da Fundação.

O Senhor Presidente destacou que, à semelhança do sucedido no ano findo, o referido relatório de gestão e a atividade da Fundação foram objeto de um processo de auditoria realizado pela KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo Senhor Dr. Rui Filipe Dias Lopes, Revisor Oficial de Contas, encontrando-se emitido o projeto final do respetivo Relatório de Auditoria que foi disponibilizado aos membros do Conselho Fiscal e cuja cópia fica igualmente arquivada junto da Fundação.

De seguida, o Presidente do Conselho Executivo, Senhor Eng.º Jaime Falcão, e a Vogal do Conselho Executivo, Senhora Dr.ª Paula Nanita, procederam a uma breve apresentação sobre a atividade e o desempenho da Fundação no exercício findo de dois mil e vinte e dois e, bem assim, quanto a perspetivas futuras, tendo esclarecido as questões que foram levantadas pelos membros do Conselho Fiscal no decorrer dessa apresentação sobre a atividade da Fundação, os projetos concretizados no exercício findo e quanto à ocupação e resultados do prédio de rendimento da Fundação sito em Lisboa, nas Amoreiras.

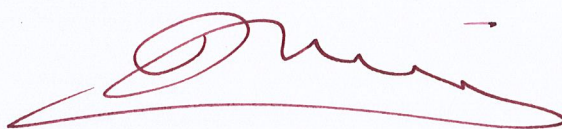
Terminada a apresentação e após o esclarecimento de todas as dúvidas suscitadas, o Conselho Fiscal procedeu ainda à análise do balanço e dos demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo de dois mil e vinte e dois.

Terminada a troca de impressões sobre os documentos apresentados e respetivo exame do relatório anual de gestão e de atividades, bem como do balanço e dos demais documentos de prestação de contas do exercício de dois mil e vinte e dois, apresentados pelo Conselho Executivo, os membros do Conselho Fiscal emitiram parecer favorável relativamente a esses documentos, considerando que os mesmos deveriam merecer integral aprovação por parte do Conselho Geral.

Por último, o Conselho Fiscal elogiou e manifestou o seu apreço pela gestão desenvolvida pelo Conselho Executivo e pela contribuição de todos os colaboradores da Fundação na consecução dos objetivos da Fundação no decurso do ano findo de dois mil e vinte e dois.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião pelas quinze horas e trinta minutos e da mesma se lavrou a presente ata, que contém o *supra* referido parecer do Conselho Fiscal relativo ao relatório e contas anuais da Fundação, e que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

O CONSELHO FISCAL,



(Diogo de Freitas Branco Pais)

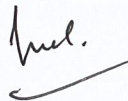


(Rui Gouveia)



(Hugo Pinto)

HPA



ATA N.º 19 /1-CG

No dia 18 de abril de 2023, pelas 15.00 horas, reuniu, o Conselho Geral da Fundação Nossa Senhora do Bom Sucesso. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Geral:

- Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira
- Dr.ª Maria Posser de Andrade
- Eng.º João Moreira Rato
- Dr. Manuel de Oliveira.

O Dr. Duarte da Cunha, o Dr. Manuel Augusto de Lemos e a Dr.ª Margarida Manaia não puderam estar presentes e justificaram devidamente a sua ausência. Estando, no entanto, presentes a maioria dos membros deste órgão social, foi reconhecida a existência de quórum suficiente de acordo com o previsto nos Estatutos para a realização da sessão.

Nos termos do artigo 12º dos Estatutos foram convocados e estiveram também presentes os membros do Conselho Executivo: Engº. Jaime Falcão, Dr.ª Paula Nanita e Dr.ª Margarida Rebocho.

A Sr.ª. Presidente constatou que a reunião tinha sido regularmente convocada por correio eletrónico e leu a Ordem de Trabalhos seguinte:

1 – Análise discussão e deliberação sobre os:

1.1 - Relatório de atividades do ano de 2022

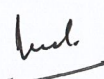
1.2 – Contas do ano de 2022

2 – Outros assuntos

A Sr.ª Presidente começou por referir que os Relatórios e Contas referentes ao ano de 2022 foram previamente enviados a todos os presentes e declarou aberta a Sessão.

Pediu a palavra a Administradora Executiva Dr.ª Paula Nanita, a qual informou que o Conselho Fiscal reuniu no passado dia 29 de março, dando o seu parecer favorável ao Relatório e Contas ora apresentado, estando presente o respetivo Livro de Atas para verificação, caso os membros do Conselho Geral o desejassem. Mais recordou ter sido remetida a todos os membros do Conselho Geral, em 31 de março p.p, o Relato de Auditoria elaborado pela KPMG e que procede à certificação legal de contas de 2022.

MPA

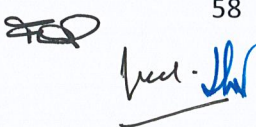


Prestada estas informações a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Engº Jaime Falcão que, em nome do Conselho Executivo, fez um breve resumo da atividade e das contas 2022, no âmbito do ponto 1 da ordem de trabalhos.

Assim, o CE, destacou que, apesar do contexto ainda não totalmente dirimido da pandemia e da eclosão de uma guerra no seio da Europa, o ano 2022 correu muito satisfatoriamente, apresentado resultados melhorados face aos orçamentados (um resultado operacional de 180 mil€, face a um orçamentado de 89 mil€ e um RLE de 109 mil€, face a um orçamentado de 7,3 mil€). Na base destes resultados encontra-se a dinâmica de receita da saúde (que subiu 12% desde o ano de 2019), e o incremento, no ano, em cerca de 3,8% das receitas da saúde e do Amoreiras 19 (rendas). No caso destas últimas sem que se tivesse registado um saldo negativo nas imparidades (apesar de tantos acordos de diferimento do pagamento das rendas efetuados no contexto da pandemia). Deste modo foram ultrapassados os objetivos definidos para o ano, nomeadamente de manutenção dos níveis de ocupação do Amoreiras 19, que se encontra tendencialmente cheio. Na saúde em concreto, foi possível crescer continuamente em utentes neste período (cerca de 10% em 2022 e 34% desde 2019)) e em atividade (cerca de 3% em 2022 e 5 % desde 2019). A este propósito a Dra. Paula Nanita destacou ainda o facto de a Fundação ter beneficiado em 2022 de dois protocolos celebrados com o Estado, a saber: i) com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social (ISS), para atuação no contexto do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (destacando para o efeito uma equipa de quatro técnicos, para o acompanhamento de crianças com problemas de desenvolvimento no seu meio natural de vida) e ii) com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o que possibilitou a reabertura, satisfazendo todos os requisitos, do Centro de Vacinação. Enquanto no âmbito do segundo a Fundação recebe do SNS graciosamente todas as vacinas previstas no Plano Nacional de Vacinação, do segundo decorreu um subsídio anual no montante de 139 mil€, recebidos no ano de 2022, tendo o mesmo contribuído para que a rubrica donativos tenha apresentado um montante final em valor absoluto e em proporção superiores aos previstos em sede de orçamento.

Contribuiu ainda, para os resultados do ano, um efetivo controlo dos custos, buscando-se, em linha com os anos anteriores, níveis superiores de eficiência. Neste contexto a Dra. Margarida Rebocho destacou o investimento efetuado em sistemas de informação de *back-office*, que permitiram uma maior automatização ao nível dos processos de trabalho, bem como permitem aspirar a maiores níveis de integração e maior celeridade da disponibilidade de informação, nomeadamente para a gestão.

Os membros do Conselho Executivo destacaram ainda o nível de investimentos significativo concretizado no ano de 2022 e, entre estes, em especial: i) no Amoreiras 19, 47 mil€ no elevador monta-

HPA


cargas e 20 mil€ na central de incêndios; ii) na sede, 49 mil€ no encapsulamento e reforço das coberturas, 16 mil€ na remodelação e criação de novos gabinetes médicos e 22 mil€ na substituição parcial do piso. A estes processos será dada a devida continuidade no ano de 2023, estando ainda complementarmente em ponderação o investimento na colocação de painéis solares, visando maior autonomia energética dos dois edifícios.

A Sra. Presidente questionou ainda sobre a eventual existência de protocolos no âmbito da saúde para a recolha de análises clínicas, tendo a Dra. Paula Nanita informado do fecho, no decurso do ano de 2022, do posto de recolha para esse efeito existente na Fundação, devidamente licenciado pela Entidade Reguladora de Saúde, e de propriedade do IMUNOLAB, adquirido no ano pela UNILABS.

Mais questionou a Sra. Presidente sobre o projeto de colocação, na garagem do Amoreiras 19, de carregadores para veículos elétricos, tendo o Sr. Eng^o Jaime Falcão descrito detalhadamente os estudos efetuados e reportado o adiamento da execução das melhores soluções ponderadas em função de maior oportunidade (validada pelo real interesse dos inquilinos).

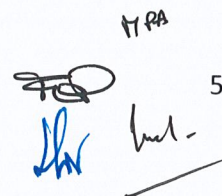
Findas estas intervenções pediu a palavra o Dr. Manuel Oliveira para constatar a consistência e coerência da gestão da Fundação ao longo dos anos, a qual se reflete nos sucessivos relatórios apresentados pelo Conselho Executivo, o que denota a existência de planos estratégicos sucessiva e coerentemente aplicados.

De seguida o Eng.^a João Moreira Rato interveio, alertando para o montante de 2 milhões de € de disponibilidades financeiras da Fundação ao termo de 2022 e eventuais perdas motivadas pelo contexto económico-financeiro internacional...inquirindo o Conselho Executivo sobre que medidas estão ponderadas para a sua aplicação e minimização daquele risco. A discussão deste ponto foi adiado para o Ponto 2 da presente reunião.

Dado que mais ninguém quis usar da palavra a Sr.^a Presidente colocou à votação o Relatório de Atividades e as Contas da Fundação para o exercício de 2022 e constatou que foram ambos aprovados por unanimidade.

Passou-se então ao **Ponto 2 da Agenda** - Outros assuntos.

Neste ponto a Dr.^a Paula Nanita fez um resumo do que foi a atividade da campanha sobre a importância dos primeiros anos de vida, referindo especialmente a colaboração das entidades parceiras e as ações concretizadas em 2022 e em preparação para 2023, destacando especialmente das últimas: a)os dois estudos de perceções sobre o tema junto da sociedade portuguesa e b) o facto de que os

MPA


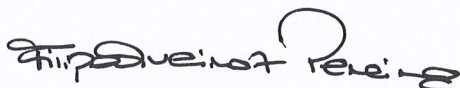
resultados dos mesmos serão tornados públicos, a par dos últimos estudos científicos disponíveis, a 17 de outubro de 2023 no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian. Mais recordou que o Conselho Executivo assinou em abril de 2022 um novo MOU com a EUROCHILD, visando levar a cabo esta 2ª fase desta campanha PRIMEIROS ANOS. A NOSSA PRIORIDADE, a qual se concretiza no período 2022-2023, a nível nacional sob a liderança da Fundação, mas também a nível europeu. Os membros do CE exortaram, assim, à presença de todos os presentes na conferência OS PRIMEIROS ANOS CONTAM. E AGORA? A realizar em 17 de outubro p.f..

Retomando a questão apresentada no Ponto 1 pelo Engº João Moreira Rato, o Presidente do CE resumiu brevemente algumas diligências já efetuadas pelo CE no sentido de realizar um investimento imobiliário, que evite a desvalorização da verba disponível e permita a longo prazo consolidar as fontes de financiamento da atividade de saúde pública a que a Fundação se dedica e que, pela sua natureza, não tem condições de auto-sustentabilidade em exclusivo. Estando um investimento em concreto agora em ponderação, o CE partilhou a oportunidade com o Conselho Geral, que, após algumas questões levantadas, manifestou um voto de confiança ao Conselho Executivo para a manifestação de interesse, realização das *Due Dilligencies* adequadas e concretização do negócio.

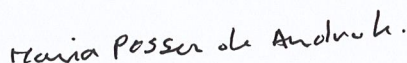
Para o efeito e nos termos previstos na alínea f) do artigo 13º dos Estatutos em vigor, o Conselho Geral deliberou delegar no Conselho Executivo a realização destas operações, fixando: i) em 2 milhões de €, o limite para a realização de um negócio de aquisição de imóveis (que valorize a base patrimonial da Fundação, conferindo-lhe superior perenidade), e ii) em 1 milhão de €, o limite para o pedido de concessão de empréstimos que se revelem necessários.

Não havendo mais nada a tratar a Srª. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão pelas 17.00 horas, da qual se elabora a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Conselho Geral presentes nesta sessão.

O CONSELHO GERAL,

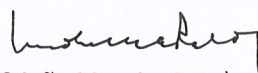


(Dr.ª Filipa Mendes de Almeida de Queiroz Pereira)



(Dr.ª Maria Posser de Andrade)

ATAS DO CONSELHO GERAL



(Eng.º João Moreira Rato)



(Dr. Manuel de Oliveira)